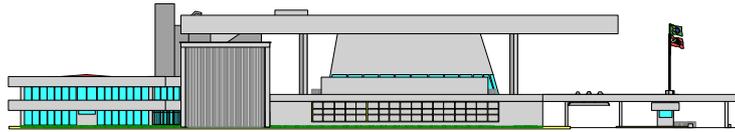


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 24 DE MARÇO DE 2009

NÚMERO 6.009

**16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA**

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Junior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Junior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Darci de Matos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Pedro Uczai - Presidente
Cesar Souza Junior
Serafim Venzon
Elizeu Mattos
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2009
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 003ª Sessão Especial da
16ª realizada em 16/03/2009.....2
Ata da 016ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 17/03/2009.....8

Atos da Mesa

Ato da Presidência DI.....21
Ato da Mesa DI.....21

Publicações Diversas

Atas das Comissões
Permanentes21
Extrato23
Portarias23
Redações Finais24

PLENÁRIO

ATA DA 003ª SESSÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 2009 FRATERNIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA: A PAZ É FRUTO DA JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA SUMÁRIO

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Faz referência ao lema da Campanha: A Paz é Fruto da Justiça.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se ao tema e ao lema da Campanha da Fraternidade.
SECRETÁRIO ARQUIDIOCESANO GUILHERME PONTES - Aborda reflexão de um jornalista, intitulada "Violência juvenil".
COORDENADORA ADELIR DA SILVA RAUPP - Coloca a posição da coordenação da Campanha da Fraternidade 2009.
SUPERINTENDENTE LUIZ ADEMAR PAES - Reflete sobre a necessidade de educarmos as crianças para a paz.
PADRE FRANCISCO DE ASSIS WLOCH - Refere-se à origem da Campanha da Fraternidade e ao objetivo da campanha de 2009.
PADRE CÉLIO RIBEIRO - Comenta os problemas do sistema prisional.

DOM MURILO KRIEGER - Refere-se à necessidade de construção de uma nova sociedade sem violência.
O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.
Convido o sr. deputado Sargento Amauri Soares para conduzir à mesa as excelentíssimas autoridades que irão compô-la e que serão nominadas a seguir:
Vossa Excelência reverendíssima dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, arcebispo da arquidiocese de Florianópolis;
Excelentíssimo senhor deputado estadual Sargento Amauri Soares;
Padre Francisco de Assis Wloch, secretário executivo da CNBB Regional Sul 4, párcaro da Catedral Metropolitana;
Senhora Adelir da Silva Raupp, coordenadora da Campanha da Fraternidade da

arquidiocese;
Senhor Guilherme Pontes, secretário arquidiocesano da Pastoral da Juventude de Santa Catarina;
Senhor Luiz Ademar Paes, superintendente da Polícia Rodoviária Federal.
Exmas. autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e contou com a aprovação dos demais parlamentares, em comemoração à Campanha da Fraternidade 2009, com o tema Fraternidade e Segurança Pública e com o lema A Paz é Fruto da Justiça.
Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.
(Procede-se à interpretação do hino.)
(Palmas)

Gostaria também de registrar a presença das seguintes autoridades:

Senhor padre José Koehler, capelão do Hospital de Caridade;

Senhor Maurício Eskudlark, delegado-geral da Polícia Civil;

Senhor padre Valdemar Groh, tenente-coronel capelão da Polícia e Bombeiro Militar, neste ato representando o comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina;

Senhora Leda Cassol Vandrúscolo, coordenadora arquidiocesana da pastoral;

Irmã Enequina Sachetti, presidente da Sociedade Divina Providência;

Diácono Agostinho Mariani, representando a paróquia de São João Batista;

Senhor padre Vilson Groh, coordenador do Fórum do Morro da Cruz;

Senhora Mirian Reichert, representando o Movimento dos Focolares;

Irmã Nazarita Rafael, vice-presidente da Província Coração de Jesus;

Senhor Manoel Timóteo, jornalista e neste ato representando o senhor Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa;

Senhor primeiro-tenente Onaldo Rogério de Carvalho Beri, neste ato representando o general-de-brigada Manoel Luiz Narvaz Pafiadache, comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Senhora Lindaura Maria Feltrin, neste ato representando a Renovação Carismática Católica de Campinas, São José;

Senhora Luiza Schefer, coordenadora do Movimento Serra;

Senhora irmã Cléa Fuck, neste ato representando a Pastoral dos Coroinhas de Tijucas;

Senhor Marcos Vandresen, presidente do Conselho Estadual do Idoso;

Senhora Angela Liuti, presidente da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - Ufeco;

Casal Nestor Almiro e Vilma Feter, da comissão arquidiocesana da Pastoral Familiar;

Senhor primeiro-tenente Carlos Adriano Santana, neste ato representando a Capitania dos Portos de Santa Catarina;

Senhor Eugênio Michelin, provedor da Irmandade Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos de São José;

Padre Célio Ribeiro, coordenador estadual da Pastoral Carcerária;

Senhora Genesi Duarte, coordenadora da Pastoral da Criança de Palhoça;

Frei Cássio, pároco da Santíssima Trindade;

Padre Nei Brasil Pereira, coordenador da Pastoral Carcerária de Florianópolis.

Em seguida assistiremos à exibição de vídeo, relativo à Campanha da Fraternidade de 2009.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Palmas)

Neste momento, farei uso da palavra e para tanto peço que o deputado Sargento Amauri Soares assuma a condução dos trabalhos.

Excelentíssimo sr. deputado Sargento Amauri Soares;

Vossa excelência reverendíssima dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, arcebispo da arquidiocese de Florianópolis;

Reverendíssimo senhor padre Francisco de Assis Wloch, secretário executivo da CNBB Regional Sul 4 e pároco da Catedral Metropolitana;

Senhora Adelir da Silva Rupp, coordenadora da Campanha da Fraternidade da arquidiocese;

Senhor Guilherme Pontes, secretário arquidiocesano da Pastoral da Juventude de Santa Catarina;

Senhor Luiz Ademar Paes, super-intendente da Polícia Rodoviária Federal.

Ex-colega Maurício Eskudlark, senhoras, senhores, padres, irmãs, religiosas, religiosos, lideranças dos diferentes serviços pastorais de nossa igreja, de pastorais sociais e de outros serviços que prestamos ao povo da nossa igreja.

(Passa a ler.)

"A presente sessão especial é o espaço que esta Casa Legislativa oferece para a reflexão e a divulgação da Campanha da Fraternidade de 2009, cujo tema é 'Fraternidade e Segurança Pública'.

Antes da principal fala desta noite, a de s.exa. reverendíssima dom Murilo Krieger, gostaria aqui de focar algumas considerações. O grande mérito da Campanha da Fraternidade é que leva a sociedade a refletir de forma mais aprofundada sobre as razões, as conseqüências e as possíveis soluções para problemas latentes que, direta ou indiretamente, afetam a todos. Essa ação que mobiliza milhares de pessoas e uma imensa estrutura de trabalho confere materialidade às idéias de justiça social de verdade, de solidariedade, de vida, enfim, de todos os valores que buscamos resgatar neste momento da história da humanidade.

Neste ano, a Campanha da Fraternidade coloca-nos o lema que em si traz um profundo questionamento a todo s: A Paz é Fruto da Justiça. O lema nos remete diretamente à idéia de que, para combater a violência e lutar por uma cultura de paz, é preciso avançar na justiça social, na igualdade e, finalmente, no acesso propriamente dito à Justiça, ou seja, nossa luta pela paz passa necessariamente pela Justiça.

Quero me deter um pouco sobre algumas questões. A primeira delas é a pendência relacionada à Defensoria Pública em Santa Catarina. Nós temos uma Defensoria Dativa, mas somos o único estado que não possui uma Defensoria Pública implantada, o que contraria a nossa Carta Magna e prejudica principalmente os mais humildes. Apesar do serviço prestado pela Defensoria Dativa, coordenada pela OAB, nós sabemos que a estrutura da Defensoria Pública tem um papel crucial no esclarecimento das questões jurídicas a uma grande parte da população que não tem acesso a esse serviço, e por isso fica à margem da Justiça.

Quando defendemos, dentro da Campanha da Fraternidade, o debate sobre a importância da Defensoria Pública, estamos alertando para o fato de que uma parcela majoritária dos catarinenses sequer conhece seus direitos. Como fazer justiça numa realidade dessas? Os cidadãos com menos recursos conhecem menos seus direitos. Isso faz com que não reconheçam um problema como um caso jurídico. E mesmo reconhecendo que pode resolver um problema na esfera jurídica, é preciso se dispor a ingressar com a ação. Assim, pessoas mais humildes, por desconhecimento, descrédito, ou por temerem represálias, acabam não ingressando com uma ação.

A Defensoria Dativa, prestada pela OAB, que hoje pratica a defesa judicial e possui a capilaridade exclusiva para esse atendimento no estado, não abandonará a tarefa de imediato. Tenho certeza de que, imbuídos do verdadeiro espírito fraternal e cidadão, advogados auxiliarão a Defensoria Pública de Santa Catarina, e no ritmo de sua instalação gradual serão parceiros na atividade, conciliando Defesas Públicas e Dativas. Hoje, somente com a Defensoria Dativa, demanda e acessos se relacionam de forma desequilibrada, dificultando a plena efetivação do devido processo legal em que a assistência judiciária e gratuita é um dos principais quesitos.

Fazendo referência ao escritor português José Saramago, nós enfrentamos a maior barreira de acesso à Justiça, que é a barreira social, caracterizada pela desigualdade. Assim, enquanto uma pequena parcela de nossa população usufrui dos avanços do século XXI, a maioria não tem acesso escolar sequer aos direitos fundamentais alcançados ainda no século XIX, como saneamento básico e três refeições diárias.

E aqui observamos muito claramente a relação entre a paz que todos buscamos e a justiça que todos devemos buscar. Não a justiça cega à realidade que a cerca, mas atenta aos problemas latentes da sociedade onde atua.

Nos últimos anos, nós conseguimos evoluções importantes no combate às

desigualdades. Tivemos uma redução de 17% no número de pobres no Brasil. No entanto, isso significa pouco diante das condições em que grande parte da população ainda vive. Mais de 20 milhões saíram da miséria nos últimos quatro anos, o que também é um dado significativo. Por outro lado, ainda há muitos casos de trabalho escravo no país. Uma estimativa dá conta de que cerca de 100 mil trabalhadores vivem em condições de trabalho escravo no Brasil.

Em Santa Catarina, o baixo investimento público em ações importantes, tais como habitação, agricultura familiar, assistência social, saúde e educação, desvaloriza a luta por justiça social. Políticas públicas efetivas nessas áreas também significam valorizar a vida, a justiça, a paz. De todo o Orçamento do estado, essas áreas detêm apenas 39%, isso se levarmos em conta que 25% são a parcela obrigatória para a aplicação em educação e 12% em saúde. Ou seja, a agricultura, a habitação e a assistência social contam com menos de 2% do Orçamento do estado.

Então, se a paz é fruto de todas as ramificações da Justiça, nós temos uma luta muito importante nesses três pontos de atuação: a criação da Defensoria Pública, a garantia de acesso efetivo à Justiça e a cobrança para que os governos implantem políticas públicas que caminhem na direção da justiça social, da equidade e do respeito pelo coletivo.

Agora, em outra frente igualmente importante, nós somos convidados a olhar para dentro de cada um de nós, para nossas convicções e para o tipo de mundo que almejamos. Não seria a injustiça fruto de uma vida submetida à lógica do mercado e da mera vantagem econômica? Quanto vale a vida humana, quando a matriz dos interesses da sociedade baseia-se na especulação financeira e no controle do mercado sobre os seres humanos e não desses sobre o mercado?

Como Ghandi defendia, a finalidade da economia não é o crescimento econômico em si, mas o bem-estar de todo ser vivo.

Despeço-me reproduzindo palavras sábias de nosso saudoso dom José Gomes, grande inspirador de muitas lutas por justiça em Santa Catarina, no Brasil e na América Latina:

"Viver o batismo é comprometer-se com a transformação do mundo. É ser sal. Ser luz. Ser fermento. É lutar para que todos sejam irmãos, com direitos iguais. É participar de todos aqueles movimentos e lutas que querem a igualdade e a fraternidade para todos. Este é o verdadeiro milagre que vem da fé: acreditar que todos somos iguais!"

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Srs. deputados, como temos várias falas, estipulamos, menos ao nosso arcebispo dom Murilo e ao padre Francisco, o tempo de sete minutos para cada deputado fazer a sua colocação. Escolhemos o número sete porque é um número perfeitíssimo, que reúne o transcendente e o imanente. Então, são duas realidades perfeitas. Por isso a razão do número sete.

Convido, neste momento, o deputado Sargento Amauri Soares para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, proponente desta sessão especial, que está presidindo também esta sessão.

Quero cumprimentar as seguintes autoridades e entidades presentes:

Vossa reverendíssima dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, bispo metropolitano de Florianópolis;

Padre Francisco de Assis Wloch, da Catedral Metropolitana - e cumprimentando o padre Vilson Groh, o padre tenente-coronel Valdemar Groh e o padre Célio Ribeiro, cumprimento todos os padres, irmãs e diáconos aqui presentes;

Delegado chefe da Polícia Civil, Maurício José Eskudlark;

Comunidade católica, representantes dos movimentos sociais e comunitários;

Presidente licenciado da Aprasc e nosso companheiro sargento Manoel João da Costa;

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde de Santa Catarina, sra. Edileuza Garcia Fortuna;

Demais praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, bem como as representantes do Movimento das Esposas e Familiares de Praças.

Enfim, quero cumprimentar todos os senhores, as senhoras e colegas da Banda Sinfônica da Assembléia Legislativa, pelo trabalho voluntário que fazem sempre por ocasião desses eventos.

Outro dia telefonou-me o padre Célio Ribeiro, de Blumenau, sugerindo a possibilidade de fazermos uma sessão nesta Casa ou criarmos um espaço de debate para a Campanha da Fraternidade deste ano.

Nós estivemos em Blumenau conversando e dialogando, assim como em várias outras comunidades da Grande Florianópolis e em outras cidades do estado de Santa Catarina, a respeito desse ponto. E eu me prontifiquei tão logo a conversar com o deputado Padre Pedro Baldissera e, alegremente, fui informado de que já havia uma sessão especial marcada para fazer esse debate. Assim sendo, pedi para que pudéssemos participar desse debate e informei também às pessoas interessadas diretamente nesse assunto, no caso o padre Célio Ribeiro, de Blumenau.

Nós temos debatido esse assunto com os nossos companheiros policiais e bombeiros militares nas comunidades, nas igrejas, onde temos conseguido chegar, e esse é um assunto deveras importante. É redundante eu falar, Dom Murilo, que não poderia ter tema melhor, porque somos suspeitos.

Nós, que somos trabalhadores da Segurança Pública, entendemos, e isso é evidente, que este tema, Fraternidade e Segurança Pública, não poderia ser mais adequado, capelão Valdemar, num momento em que a nossa sociedade vive angustiada, está cada vez mais angustiada pelo aumento da criminalidade, pelo aumento da violência comum, pelo aumento e aprofundamento das relações de barbárie no interior da nossa sociedade.

É, hoje, a violência, um dos principais problemas detectados pela nossa comunidade, pela nossa população. Portanto, a CNBB, como sempre, foi muito feliz e colocou-se essa possibilidade de discutir esse assunto de forma mais intensa neste ano.

Quanto ao lema da campanha, A Paz é Fruto da Justiça, penso que dá para discutirmos um universo de coisas, um universo de relações sociais, um universo de acontecimentos da nossa sociedade, porque ela também explica tudo.

Pela nossa forma de compreender, onde não existe justiça, não pode haver paz, invertendo a forma de pensar dessa frase, que é o lema da Campanha. E nós vivemos numa sociedade onde as relações sociais são injustas, onde não existe a possibilidade de todos viverem com o mínimo, possibilitando-lhes que façam as três refeições diárias referidas pelo deputado Padre Pedro Baldissera, possibilitando-lhes moradia digna, educação, acesso à saúde, à cultura, ao conhecimento, a relações fraternas e de comunhão entre as pessoas da comunidade. Sem isso, dificilmente nós teremos paz.

Ou a paz, aquilo que se pode chamar de paz, é uma situação provocada pela coerção praticada na maioria das vezes pelos órgãos do estado e todas as esferas e instituições de Poder. E numa determinada situação social, em que não existe propriamente o conflito, mas que também não se pode dizer que existe paz, ou seja, uma situação garantida através da coerção do estado, será que existe paz? Porque a coerção é também uma violência.

Portanto, nós poderíamos discutir, debater por bastante tempo esse assunto, e ainda teríamos mais para discutir porque não são

só as questões materiais que provocam situação de não paz, a situação de violência. A produção e a reprodução das ideologias, das filosofias, o consumismo já tão citado, o individualismo e tantas outras formas de comportamento que não condizem com relações fraternas também provocam situações de violência.

Uma sociedade que acredita que vale a pena matar por um par de tênis de marca é uma sociedade que está fadada a não ter paz. E essa relação não é necessariamente uma necessidade material; é uma necessidade simbólica, filosófica e ideológica, construída historicamente, é evidente. Uma sociedade na qual as nossas crianças aprendem desde bem pequenas a brincar com jogos em que quem ganha é quem mata mais, está construindo uma sociedade de violência, uma sociedade da inexistência da paz.

Por fim, até para me ater ao combinado, precisamos falar também das relações internas nas instituições de Segurança Pública em Santa Catarina, que também não são relações de paz. Se não são relações de conflitos abertos, declarados, não são também relações de paz; estão muito mais para relações de coerção e, como falei antes, coerção também não é paz, é violência.

Para que tenhamos paz no interior das próprias instituições de segurança, nós precisamos também de justiça, e todos nós expressamos ou sentimos, como trabalhadores da Segurança, a ausência de justiça nas relações salariais, nas relações de carreira e no tratamento interpessoal entre os integrantes das instituições. E nós queremos construir relações de paz.

Não obstante possa parecer, e talvez para alguns não, toda a nossa luta, todo o nosso empenho, todo o nosso fervor, inclusive como cristãos, é para construir relações de paz entre nós mesmos e de nós com a sociedade. E estamos sempre plenamente à disposição para discutir isso com todas as autoridades e com a sociedade.

Por isso humildemente queremos parabenizar a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - e agradecer-lhe por oportunizar-nos esse debate entre nós mesmos e a população de Santa Catarina.

A Campanha da Fraternidade, dom Murilo Krieger, ajuda a melhorar-nos como instituição e ajuda cada um de nós, no seu íntimo, no seu interior, a melhorar como ser humano, que é a condição também para se melhorar como profissional, como policial, como bombeiro, como agente prisional.

Quero agradecer muito a oportunidade que a Igreja Católica, através da CNBB, está-nos dando e também a presença das senhoras e dos senhores aqui presentes. Gostaríamos de nos colocar integralmente à disposição para participar não só agora na quaresma, mas ao longo de todo este ano, dessa discussão que, efetivamente, eu creio, pode apontar horizontes para a nossa paz, que é a condição também para a paz social e geral.

Muito obrigado!
(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Registramos a presença do sr. Eliseu Souza, que já se encontra à mesa, representando neste ato o secretário de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo José Benedet.

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra o sr. Guilherme Pontes, secretário arquiocesano da Pastoral da Juventude de Santa Catarina.

O SR. GUILHERME PONTES - Excelentíssimo sr. deputado Padre Pedro Baldissera, autor do requerimento que ensejou a presente sessão;

Vossa excelência reverendíssima dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, arcebispo metropolitano da arquidiocese de Florianópolis, em seu nome cumprimento todos da mesa e todos que estão aqui.

(Passa a ler.)

“Essa temática que foi escolhida pela CNBB para ser trabalhada neste ano, na Campanha da Fraternidade, é muito ampla e possibilita-nos inúmeras abordagens. Mas trago uma reflexão feita por um jornalista na semana passada, intitulada ‘Violência juvenil’. O colunista afirmou que a juventude configura como sendo um grupo social violento, insensível, vingativo, covarde e sem valores morais. Isso nos faz pensar como a sociedade vê a juventude. Tem-se tornado comum essa associação da imagem do jovem ao crime. E isso tecnicamente é chamado de criminalização da juventude.

Nessa fase da vida que cada um de nós passou, está passando ou vai passar, é por certo um momento muito delicado, momento de escolhas e definições, que acompanharão o jovem por toda sua vida. Pois bem, refletamos juntos. O mundo do tráfico, das drogas, da violência, está posto e configura-se como sendo um caminho para a juventude. O trabalho no tráfico dá mais dinheiro do que vender balas em sinaleiras ou picolé na praia. E mais, segundo estudos, as drogas trazem boas sensações, momentos de tranquilidade e distanciamento dos problemas e da difícil tarefa de ser tão jovem e ter que tomar decisões tão importantes. E essa é uma opção para o jovem.

Entoamos no canto da Campanha da Fraternidade ‘é ilusão só exigir sem antes dar’. Aí está a grande questão. O mundo, aquele que não queremos para os nossos jovens, tem uma oferta. E nós, que oferta temos dado aos nossos jovens? Quais têm sido as outras possibilidades com as quais o jovem tem-se deparado para, então, fazer a sua escolha? E aí o jovem faz a sua opção por esse mundo, ou seja, pelo submundo.

É fato que 60% dos presos na penitenciária de Florianópolis têm entre 18 e 30 anos. São jovens. É fato que quem mais gera acidentes no trânsito são jovens. Também é fato que os maiores números dos que matam e dos que morrem por causas violentas são jovens. Aí o jovem torna-se caso de segurança pública. A segurança que busca, que prende e que agride.

Voltemos ao hino da Campanha da Fraternidade: “A segurança é vida plena para todos, trabalho digno, moradia, educação. É ter saúde e os direitos respeitados”.

Não são as grades ou a vingança que irão fazer a paz e a justiça florescerem. A justiça e a paz, senhoras e senhores, irão florescer, sim, com políticas de inclusão e acesso do jovem ao mercado de trabalho. Vai nascer, senhoras e senhores, com políticas de esporte, cultura e lazer, que, ao tirar o jovem das ruas, vai dar-lhe a possibilidade de desenvolver suas habilidades.

‘Segurança, quem nos traz?’ Quem deve nos trazer? Os primeiros responsáveis por ofertar segurança são, sim, os poderes instituídos em seus três níveis: municipal, estadual e federal. Mas a sociedade civil, as ONGs, as escolas, a igreja e cada um de nós também podem fazer a sua parte.

Trago presente uma experiência que tive. E aí saúdo o padre Wilson Groh em trabalhar no Projeto Aroeira, o Consórcio Social da Juventude, um projeto do governo federal, aqui capitaneado pelo amigo padre Wilson Groh. Esse projeto, ao longo dos anos, está tirando os jovens das ruas e dando a oportunidade que tanto falamos. O jovem aprende uma profissão, tem momentos de esporte, lazer e pode desenvolver as suas habilidades.

Senhoras e senhores, lembremos que o principal na campanha da fraternidade é agir. Depois de vermos, conhecermos nossa realidade e julgarmos, iluminados pela palavra de Deus, não podemos deixar de agir. O agir é o chamamento maior que a Campanha nos faz. É a ação concreta. E são várias as possibilidades. Podemos agir cobrando de nossos governantes ações concretas de políticas públicas voltadas à juventude. Podemos cobrar que Santa Catarina tenha a Defensoria Pública, já que somos o único estado que não tem essa ferramenta de justiça social. Podemos também apoiar a luta pelo salário digno dos nossos policiais militares. Mas se tudo

isso for muito e muito difícil, terá sido válida essa Campanha da Fraternidade, se cada um de nós tiver mudado seu pensamento ao ver um jovem na rua, envolvido com drogas, com violência, com álcool. E que possamos, ao ver essas cenas, não criminalizar o jovem, mas lembrar que ali inexistiu a justiça e a paz, inexistiu a justiça social, a justiça de direitos, inexistiu a justiça de oportunidades.

Assim pensava o grande profeta dom Hélder Câmara: 'O segredo de ser jovem mesmo quando os anos passam, deixando marcas no corpo, é ter uma causa a que dedicar a vida'. Então, que possamos ser aquele que vai dar a mão, que vai ser a força e o alento aos jovens, aquele que vai levar o jovem a conhecer o novo homem e a nova mulher, o novo céu e a nova terra."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Convido a sra. Adelar da Silva Raupp, coordenadora da Campanha da Fraternidade, para fazer uso da palavra.

A SRA. ADELIR DA SILVA RAUPP - Excelentíssimo deputado Padre Pedro Baldissera, autor do requerimento que ensejou a presente sessão especial:

Vossa excelência reverendíssima dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, arcebispo da Arquidiocese de Florianópolis;

Cumprimentando v.exas., cumprimento as demais autoridades, todos os convidados aqui presentes, todos os amigos agentes de pastorais, aqueles que no dia-a-dia estão nas suas atividades pastorais trabalhando para engrandecer a nossa pastoral da vida da nossa igreja arquidiocesana.

Como coordenadora da Campanha da Fraternidade atualmente temos o compromisso de levar o trabalho da Campanha da Fraternidade. Objetivamente a minha fala se resume:

(Passa a ler.)

"Em seu art. 3º, a nossa Carta Magna define como objetivos da República: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A nossa Constituição estabelece, como afirma Beneditos: 'uma feliz combinação de direitos humanos e direitos do cidadão'.

Apesar da combinação acima apontada, o fato é que de há muito convivemos com a enorme distância que separa os ditames legais e a realidade.

Neste ano, em boa hora, a igreja no Brasil convoca-nos a direcionarmos o nosso olhar para a questão da segurança ou insegurança que aflige a todos nós. A Campanha da Fraternidade, com o lema A Paz é Fruto da Justiça, constitui-se numa grande tarefa para a construção da cultura da paz.

De forma enfática, o poema de Isaías nos diz que não nos serve uma paz imposta. Essa paz é mentirosa. O fruto da justiça consiste na tranquilidade e na segurança para sempre.

Para Frederico Mayor, diretor-geral da Unesco, 'Não pode haver paz sustentável sem desenvolvimento sustentável. Não pode haver desenvolvimento sem educação ao longo da vida (...) sem uma distribuição mais equitativa dos recursos (...) sem a eliminação das disparidades'.

Com certeza, práticas de não violência ativa estão muito mais ao nosso alcance do que imaginamos.

Não é possível, por exemplo, pensar em paz sem assegurar opções de lazer nas periferias da cidade. Exigências de políticas públicas para a juventude e ensaio de novas relações na cidade significam o rompimento com o ciclo da violência, rumo a uma verdadeira segurança pública.

Há que se estabelecer novas bases para uma convivência social mais salutar e que todos os direitos definidos que acabei de ler em

nossa Carta Magna possam ser assegurados para se garantir a dignidade da pessoa humana."

Gostaria de lembrar que estamos no caminho certo. Estamos dando os passos. A sociedade caminha. O debate está aí, neste ano, e nós estamos participando como Igreja.

A primeira conferência nacional de segurança pública vai acontecer, e os passos estão sendo tomados. Pouco a pouco a sociedade vai-se conscientizando.

Queria também dar esse recado para vocês. Aqui tem o texto-base na conferência que nós estamos fazendo parte.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADORA)

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Convidamos para fazer uso da palavra o superintendente da Polícia Rodoviária Federal, sr. Luiz Ademar Paes.

O SR. LUIZ ADEMAR PAES - Quero, em nome da Polícia Rodoviária Federal do estado de Santa Catarina, agradecer pelo convite formulado pela Assembléia Legislativa, cumprimentando o deputado Padre Pedro Baldissera.

Cumprimentando s.exa., quero cumprimentar o dom Murilo e todas as autoridades já nominadas. A cada um de vocês que aqui estão, em especial as mulheres, o meu abraço fraterno em nome da nossa instituição.

(Palmas das galerias)

Deputado Padre Pedro Baldissera, a responsabilidade é muito grande a cada um de nós, a cada cidadão, a cada brasileiro, a cada autoridade, quando recebemos um convite da Assembléia Legislativa para discutir um assunto tão importante que enfrentamos no dia-a-dia.

É uma luta árdua. Enquanto faltam segurança, saúde, educação e moradia para cada brasileiro a nossa luta não pode parar, principalmente a dos nossos governantes das instituições, que dão a segurança no dia-a-dia.

Sinto-me muito feliz de poder estar aqui neste momento, na condição de cidadão, pai, esposo. Eu trabalho no serviço público há 35 anos e tenho presenciado muitos acidentes em nossas rodovias. São muitas mães e muitos pais que perderam seus filhos, crianças, jovens; são famílias inteiras perdidas, muitas vezes pela imprudência, pela bebida, pela falta de comportamento no trânsito.

Precisamos mudar isso. O importante é a educação de cada um. As nossas queridas crianças têm que, desde pequenas, receber os ensinamentos de como atravessar uma rua, de que forma proceder ao conduzir uma criança pela mão, porque o pedestre muitas vezes atravessa a rodovia, mesmo quando existe uma passarela.

Portanto, acho que a Igreja Católica está de parabéns em todo o nosso país, quando este ano, dom Murilo Krieger, o tema é "Fraternidade e Segurança Pública".

Podemos ler ali o lema "A Paz é o Fruto da Justiça", e a criminalidade aumentando dia-dia.

Quantas pessoas maldosamente tiram a vida de outras, às vezes de jovens e adolescentes?! Precisamos agir com muito rigor, com muita competência. O serviço de inteligência tem que trabalhar unido com todas as instituições. Ninguém vai a lugar nenhum sozinho, dom Murilo Krieger.

Não importa quem atendeu ao cidadão, naquele momento mais difícil de sua vida, seja num assalto, num acidente; não importa se é da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil, da Polícia Federal. Enfim, precisamos estar atentos, e todas as instituições têm que trabalhar nesse sentido.

Padre Pedro Baldissera, o nosso ministro da Justiça, na pessoa do dr. Tarso Genro, fez um trabalho maravilhoso, muito grande, em nosso país, em defesa do cidadão, no sentido de mais segurança a cada um. Nunca existiu tanto investimento, tanto apoio, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, de todas as instituições e também o do governo federal.

Melhorou bastante, mas todos aqui sabemos que Santa Catarina, o nosso estado,

recebe pessoas do mundo todo que vêm aqui curtir as nossas belas praias. Este estado, que vem crescendo cada vez mais, precisa de mais segurança para aqueles que aqui vêm, para que possamos gerar mais emprego e renda, mais educação às nossas crianças, aos nossos jovens.

Portanto, quero aqui deixar os meus agradecimentos pelo convite, parabenizar a Assembléia, o nosso deputado, esse baluarte lutador das causas do nosso povo de Santa Catarina e de toda a Assembléia, o nosso deputado e grande amigo Sargento Amauri Soares.

Quero agradecer também ao dom Murilo Krieger, porque é importante levar a cada um a palavra de Deus. Deus é um só. E que Deus ilumine cada um de vocês, as nossas crianças, os nossos jovens e idosos.

Temos que lutar!

Quero deixar aqui um abraço fraterno a cada um, do fundo do meu coração, em nome da Polícia Rodoviária Federal de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Na sequência, teremos a interpretação do hino da Campanha da Fraternidade de 2009, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Gostaria de registrar e agradecer em nome do maestro Reginaldo da Silva, que tem concentrado todos os esforços para poder nesta noite fazer a interpretação do hino da campanha da fraternidade.

Os nossos agradecimentos, maestro!

Quero registrar aqui também a presença do senhor Gilberto Dalposo, presidente do PT de Florianópolis.

Recebemos comunicado da impossibilidade de estarem presentes, devido a outros compromissos assumidos, o senador Raimundo Colombo, o corregedor-geral da Justiça, José Trindade dos Santos, e a senadora Ideli Salvatti.

Neste momento, convidamos para fazer uso da palavra o padre Francisco de Assis Wloch, secretário executivo da CNBB Regional Sul 4.

O SR. PADRE FRANCISCO DE ASSIS WLOCH - Saudó, em primeiro lugar, o excelentíssimo sr. deputado Padre Pedro Baldissera, proponente desta sessão.

Quero saudar o arcebispo metropolitano e presidente da CNBB Regional Sul 4, dom Murilo, também os demais componentes da mesa, todos os deputados aqui presentes, os reverendíssimos padres e diáconos, os religiosos, as religiosas, as lideranças, os agentes de pastorais das nossas paróquias, as senhoras e os senhores.

(Passa a ler.)

"De graça recebestes, de graça dai."

Com essa idéia de força, inspirada no evangelho Matheus 10,8, a arquidiocese de Florianópolis viveu, em 2008, o ano comemorativo do centenário de sua criação, quantas graças.

'Tantos dons de Deus, tantos esforços humanos, tanta generosidade, tanto empenho, tanta dedicação, tanta perseverança, messe tão abundante de tão laboriosa sementeira, ao longo desses cem anos [...] tudo isso, que constitui a igreja hoje, em Santa Catarina, tudo isso recebemos de graça, gratuitamente, de presente! É justo, portanto, que agora nos empenhemos tão generosamente e tão gratuitamente, como os que nos precederam. De graça recebemos tanto - de graça, agora, devemos dar!' Quem disse isso foi o padre Nei Brasil Pereira, que aqui está presente, ao comentar o lema escolhido para o centenário da Diocese de Florianópolis.

Sem querer exagerar, a Campanha da Fraternidade é uma graça, recebida de graça, graças às idéias e idealismo de três padres, cujos nomes nem lembramos, mas que em 1961 idealizaram uma campanha para arrecadar fundos para as atividades assistenciais e promocionais da Caritas Brasileira e torná-la, assim, autônoma financeiramente. A atividade foi chamada Campanha da Fraternidade e realizada, pela

primeira vez, na Quaresma de 1962, em Natal, Rio Grande do Norte. Não teve o êxito financeiro esperado, mas foi o embrião deste projeto anual da CNBB.

Esse projeto foi lançado, em nível nacional, no dia 26 de dezembro de 1963, sob o impulso renovador do espírito do Concílio Vaticano II. E, hoje, tem sido uma atividade ampla de evangelização desenvolvida pela Igreja Católica no tempo da quaresma, para ajudar os cristãos e as pessoas de boa vontade a viverem a fraternidade em compromissos concretos. Tem sido um eficaz instrumento para desenvolver o espírito quaresmal de conversão, renovação interior e ação comunitária.

Os temas da Campanha da Fraternidade, inicialmente, contemplavam mais a vida interna da igreja."

Estava terminando ou estava sendo celebrado o Concílio Ecumênico Vaticano II, que falava na renovação da igreja. Por isso contemplava mais a vida interna da igreja, mas isso mudou.

(Continua lendo)

"A consciência sempre maior da situação de injustiça, de exclusão e de crescente miséria levou à escolha de aspectos bem determinados da realidade socioeconômica e política brasileira.

Este ano, e esta noite já ouvimos tantas vezes, a Campanha da Fraternidade apresenta-nos como tema Fraternidade e Segurança Pública e como lema A Paz é Fruto da Justiça (Is 32,17). A igreja pretende com esta campanha, senhores e senhoras, debater a segurança pública, com a finalidade de colaborar na criação de condições para que tudo seja melhor em nossa sociedade por meio da promoção de uma cultura da paz, fundamentada na justiça social.

Lembro uma declaração de Dom Dimas Lara Barbosa, secretário-geral da CNBB: "Diariamente, chegam de todos os cantos do país notícias de injustiças e violências as mais diversas. Nossa sociedade se torna cada vez mais insegura, e a convivência entre as pessoas é cada vez mais difícil e delicada. A CNBB quer contribuir para que esse processo seja revertido através da força transformadora do evangelho".

Suscitar o debate sobre segurança pública e contribuir para promoção da cultura da paz nas pessoas, na família, na comunidade e na sociedade, a fim de que todos se empenhem efetivamente na construção da justiça social como garantia de segurança para todos, é o objetivo desta Campanha da Fraternidade.

Senhores e senhoras, todas as pessoas aspiram por segurança e estão preocupadas com o problema da falta de segurança pública que se manifesta na violência, no trânsito, nos cárceres, no tráfico de drogas, de armas e de pessoas, nas desigualdades sociais, na fome, na miséria, na corrupção e em muitas outras situações.

Srs. deputados, a segurança pública é dever do estado. A segurança pública é também direito e responsabilidade de todos. Deve ser exercida para a preservação da ordem pública e da integridade das pessoas e de seus bens.

As inúmeras necessidades para a manutenção da vida humana - alimentação, moradia, vestuário, etc. - levaram as pessoas a reconhecer a impossibilidade do sustento da vida individual, sem viverem em sociedade. Fazemos parte de uma sociedade que tem uma organização própria e que também apresenta os seus problemas. Relacionamo-nos como pessoas e esse relacionamento nem sempre é fácil, e às vezes até muito difícil. Cada pessoa tem o seu modo de ser, pensar e agir, os quais se tornam presentes nas relações humanas.

Quanto mais complexa se torna a sociedade, no entanto, mais os problemas se avolumam. Hoje, o acúmulo de bens gera relações de poder e manipulação de pessoas, e o bem pessoal é tido como mais importante que o bem comum. A convivência humana ficou perigosa, pois o outro passou a significar ameaça à satisfação dos interesses individuais.

A sociedade tornou-se insegura, tanto em relação a outros grupos sociais como em relação à convivência pacífica e harmoniosa entre os próprios membros, e resolveu defender-se. A defesa veio, porém, através do confronto, por meio de estruturas cada vez mais violentas e fez com que o conflito social se generalizasse.

Todas as pessoas sentem certa inquietação diante de um perigo ou de uma ameaça, perigos reais ou imaginários. Para evitar esse mal-estar, é necessário um mínimo de controle das situações de perigo e das ameaças, principalmente quando presentes na realidade mais próxima das pessoas.

O Brasil, infelizmente, tem sido palco de grandes escândalos: corrupção, tráfico de influências, desvios de verbas, estão sempre presentes no noticiário nacional. Esses tipos de crime são os que trazem as consequências mais trágicas para nossa sociedade. Difícilmente, no entanto, alguém é condenado pela prática de tais crimes.

Pessoas que cometeram crimes contra a ética, a economia e a gestão pública geralmente ficam impunes. As que possuem curso superior, geralmente ficam impunes. As que possuem curso superior, quando eventualmente presas, têm direito a prisão especial. Assim, por exemplo, se duas pessoas praticam juntas o crime de extorsão mediante seqüestro e se uma delas possui curso superior, uma delas vai para uma dessas cadeias infectas de nosso país e a outra será acomodada em algum lugar especial. Isso diz o n. 91 do texto base da Campanha da Fraternidade 2009.

A violência no trânsito e a dependência dos meios de transporte, principalmente nas grandes cidades, diminuem cada vez mais a possibilidade de uma vida segura, ampliam os riscos para a vida e para a integridade física e contribuem para o aumento da violência nos relacionamentos entre as pessoas.

Mas, não fiquemos apenas constatando fatos dolorosos. Há sinais de esperança. Avanços são percebidos na área da segurança pública, principalmente a partir da tomada de consciência a respeito da dignidade humana e de seus direitos. Essa consciência vem fundamentando iniciativas solidárias e de transformação social.

Diversas entidades e organizações sociais têm se preocupado com a questão da segurança pública, principalmente no que diz respeito à prevenção da violência, à minimização dos seus efeitos e à solidariedade com as suas vítimas. Existem entidades que trabalham basicamente nas áreas da promoção da justiça e da defesa dos direitos.

A Campanha da Fraternidade na sua história muito já contribuiu para a conquista da segurança pública. Ao analisarmos sua história, saltam aos nossos olhos a quantidade e a abrangência das campanhas da Fraternidade que possibilitaram uma vida melhor e mais segura.

As campanhas de 1974 e 1984, sobre a vida; de 1995, em torno dos excluídos; de 2000, sobre a dignidade humana e paz e 2005 sobre a solidariedade e paz discutiram o problema da vida e da justiça social.

As campanhas de 1980 (mundo das migrações), 1983 (violência), 1986 (terra), 1993 (moradia), 1996 (política) e a de 2001 (drogas) denunciaram graves problemas da realidade brasileira e buscaram sua superação como caminho da paz, contribuindo, pois, para a segurança pública.

As campanhas de 1987 (menor), de 1988 (negro), 1990 (mulher), de 1997 (encarcerados), de 2002 (povos indígenas), de 2003 (pessoas idosas) e de 2006 (pessoas com deficiências) analisaram as dificuldades e injustiças contra a pessoa humana, nas suas mais diferentes condições, e apresentaram propostas de novos relacionamentos que garantissem a paz e o respeito à dignidade humana.

Merece especial destaque a Campanha da Fraternidade 2008 - Fraternidade e Defesa da Vida -, que enfrentou questões muito sérias no que diz respeito à segurança pública e à cultura

da vida, como o problema da juventude, as crises familiares, o mundo das prisões que se tornam escolas do crime, o aborto, o suicídio, a eutanásia, a violência urbana, o tráfico de drogas, os preconceitos contra a pobreza e a ecologia.

Termino, lembrando o saudoso papa João Paulo II que, na abertura da 4ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em 1992, realizada na República Dominicana e que tive a graça de acompanhar bem de perto, fez esta afirmação:

'Esta, queridos irmãos, é uma hora de graça para todos nós e para a Igreja que peregrina na América. Hora de graça e também de grande responsabilidade. Diante dos nossos olhos já se vislumbra o terceiro milênio. E se a Providência Divina nos convocou para Lhe dar graças pelos 500 anos de fé e de vida cristã no continente americano, com maior razão podemos dizer que nos convocou também para renovar-nos interiormente.'

Portanto, aproveitemos essa hora de graça, assumamos nossa parcela de responsabilidade, suscitemos o debate sobre a segurança pública e contribuamos na promoção da cultura da paz nas pessoas, na família e na sociedade, para a construção da justiça social, garantia de segurança para todos, como deseja a CNBB."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Antes da fala de s.exa.revma., dom Murilo Krieger, gostaria de abrir um espaço ao padre Célio Ribeiro, que é coordenador da Pastoral Carcerária de Blumenau, para que ele traga presente a sua experiência.

Com a palavra, por até sete minutos, o padre Célio Ribeiro.nadia

O SR. PADRE CÉLIO RIBEIRO - Senhor deputado Padre Pedro Baldissera;

Senhor deputado Sargento Amauri Soares;

Sua Excelência Reverendíssima dom Murilo Krieger, presidente da CNBB Regional Sul 4, arcebispo metropolitano;

Padre Francisco de Assis Wloch, nosso secretário executivo da CNBB Regional Sul 4;

Demais componentes da mesa;

Senhoras e senhores.

Santa Catarina tem, hoje, 12.500 presos e apenas 6.700 vagas no sistema prisional. Superlotação é uma palavra suave para tratarmos da questão prisional. E a Pastoral Carcerária, que por muito tempo teve um grande profeta, o padre Nei Brasil, convidou-me para assumir a coordenação. E após a eleição, confesso que tive grande receio, mas, ao mesmo tempo, conto, com a graça de Deus, com a parceria de muitos da Igreja, muitos fora da Igreja, muitos desta Casa, que é sempre um espaço democrático, aberto. Conto também com o apoio do Ministério Público de Santa Catarina que está sempre disposto a ouvir e apresentar denúncias envolvendo a questão prisional.

Em relação à justiça em Santa Catarina nós devemos parar para pensar sobre duas questões: primeiramente, qual é o tipo de justiça que se aplica em nosso estado e como que ela possibilita o acesso do excluído, da pessoa marginalizada, do empobrecido.

Encontramos no Brasil casos como o de Daniel Dantas que em menos de 24 horas recebeu um *habeas corpus*, ou seja, liberdade para responder seus crimes diretamente do Supremo. E encontramos em Santa Catarina o caso de Elias da Silva, que ninguém conhece! É um servente de pedreiro da periferia de

Blumenau, que ficou quatro meses preso num espaço para 20 presos, mas lá estavam 97, no Presídio Regional de Blumenau. Ele ficou quatro meses preso por suspeita de um crime e, na primeira audiência que ele teve no dia 8 de fevereiro, recebeu a carta de soltura porque havia ocorrido um engano, ele não era o procurado, era apenas um suspeito. Elias da Silva ficou enjaulado, fica praticamente num processo de desumanização, aprendendo qual é a arte do crime, como se pratica o crime, como acontece com o tráfico de drogas dentro das prisões, à mercê de toda a criminalidade. E no dia 24 de dezembro, celebrando uma missa na cela onde o Elias da Silva estava eu me coloquei à disposição para ouvir a sua história e ele não conseguia nem falar por causa da alta febre, de doença adquirida no cárcere. Uma pessoa que era suspeita acaba cometendo a árdua tarefa de quase praticar um crime dentro do cárcere, porque não suportava mais a superlotação, a humilhação diante daquele momento. E quando ele, trêmulo, narrava sua história pedia ajuda da igreja, pedia justiça.

Portanto, nós perguntamos que tipo de justiça temos em Santa Catarina? Se houvesse Defensoria Pública, um direito sonogado no estado, o Elias da Silva não seria vítima desse tipo de justiça que temos na atualidade. Se tivéssemos justiça em Santa Catarina não teríamos nossos irmãos trabalhadores da segurança pública, trabalhando sob pressão! Não teríamos policiais ameaçados pelo autocomando, muitas vezes, quando reivindicam justiça salarial.

(Palmas das galerias)

Para o profeta Isaías "a paz é fruto da justiça". Temos medo de sair à rua no trânsito; temos medo de encontrar com o diferente; temos medo de ficar sem o remédio para dormir; temos medo de chegar ao final do mês e não termos como pagar as contas. Se existe medo, existe insegurança; se existe insegurança não temos uma segurança pública, uma segurança para todos, e a Campanha da Fraternidade quer ser esse grito profético, esse grito por justiça para que a paz venha acontecer.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Na seqüência, convido para fazer uso da palavra s.ex.a. reverendíssima, dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, arcebispo metropolitano de Florianópolis.

O SR. DOM MURILO RAMOS KRIEGER - Excelentíssimo sr. deputado Padre Pedro Baldissera, proponente desta sessão: aproveito para agradecer, porque é aquilo que se pretendia, ou seja, que fosse um espaço aberto justamente para conhecermos um pouco melhor a sociedade catarinense e procurarmos soluções com a ajuda de todos e, também, do presidente desta sessão solene;

Excelentíssimo deputado Sargento Amauri Soares;

Excelentíssimas autoridades já nominadas, senhoras, senhores.

(Passa a ler.)

"Como ter esperança, num mundo marcado por tanto pessimismo? Como sonhar com um mundo melhor, quando crescem a insegurança, a imoralidade e as injustiças? Como não desanimar ao constatar que os filhos das trevas continuam demonstrando ser mais sábios que os filhos da luz?"

Perguntas desse tipo se multiplicam

na cabeça das gerações atuais. E as respostas, manifestadas mais em atitudes do que em palavras são as mais diversas: há os que se refugiam num individualismo total: preocupam-se tão-somente consigo mesmos, ignorando o mundo e os problemas que os cercam; há os que assumem sem restrições o estilo de vida de nossa sociedade consumista e hedonista; há os que nem pensam mais, uma vez que não acreditam que alguma coisa possa ser modificada; e há os que acreditam na possibilidade de melhorar nossa sociedade, e todos que estão aqui nesta noite são deste grupo, e são esses que partem para ações concretas e pró-ativas.

Pensando bem, há pessimistas em excesso caminhando por nossas avenidas e estradas, por nossas cidades e estado. E não lhes falta motivo para semear desânimo: nossas cidades estão se tornando cada vez mais violentas. A violência gera medo e insegurança. O medo, esse verme que corrói o coração por dentro, toma conta de muitos. Quando o medo domina, a paz desaparece. Nasce, então, algumas propostas, frutos da insegurança e do medo: 'É preciso aumentar o número de policiais nas ruas! Precisamos andar armados para nos defender! Há necessidade de um maior número de cadeias e prisões!' Mesmo que tais idéias fossem colocadas em prática, elas não resolveriam nossos problemas. Uma sociedade justa e solidária, a paz que pretendemos nasce, sim, da justiça como já nos ensina o profeta Isaías, sete séculos antes de Cristo.

'É, pois uma nova concepção de sociedade que precisamos ter. Uma sociedade em que os direitos fundamentais para uma vida humana digna sejam respeitados; uma sociedade que aprenda a conjugar o verbo repartir; uma sociedade em que as pessoas se olhem como irmãs e como irmãos e não como adversários ou inimigos. Enquanto for atual a observação do filósofo Hobbes - 'O homem é o lobo do homem' - a insegurança continuará, o medo fará parte de nossa vida e não haverá paz.

É preciso continuar acreditando na possibilidade de se construir nesta terra de Deus, um mundo novo, uma nova sociedade, uma vida marcada pela fraternidade. Seremos sonhadores? Sem dúvida! Por sinal, quem não tiver um sonho pelo qual acredita que vale a pena viver e trabalhar, doar-se e sofrer, não merece viver.

A construção dessa nova sociedade não é missão de alguns poucos. É obra de todos. Ela se tornará realidade quando cada qual der sua contribuição. Dizem os chineses, em sua milenar sabedoria, que 'vale mais acender uma vela do que reclamar da escuridão'. Acredito em nossa gente, nosso estado, se as pessoas de boa vontade se unirem, participando com os seus dons na construção de um mundo melhor.

O que não podemos ignorar é a marca do pecado no coração humano. Ignorá-la é ser ingênuo, já que ideologia alguma conseguirá apagá-la. Somente o Evangelho marcado pelo perdão e pelo amor é capaz de dar uma resposta satisfatória à pergunta de Paulo aos romanos: 'Quem me libertará desse corpo de morte?' (Rm 7,24).

Jesus nos fala de um reino em que as mais profundas aspirações do homem poderão se realizar. Um reino que é mais forte do que o pecado e do que a morte. O apóstolo e evangelista João faz referência a tal reino no último livro da Bíblia: 'Vi então um novo céu e uma nova terra' (Ap 21,1).

Temos aqui a síntese de um imenso sonho: o sonho de Deus para a vida de todos nós, seus filhos e filhas. Ele deseja que vivamos num mundo em que a paz seja realidade cotidiana, normal e segura. Ora, os planos de Deus são sempre possíveis, porque estamos amparados por sua palavra e acompanhados por sua graça.

Os que não aceitam os seus projetos e se entregam 'a um culto detestável e abominações' terão seus pecados caindo sobre suas próprias cabeças, segundo o profeta Ezequiel (cf. Ez 11,21).

Já os que acreditam nos sonhos de Deus, e aceitam participar e colaborar para sua realização seguem seu Filho Jesus Cristo, o Príncipe da Paz. Começa a se concretizar, então, o que o mesmo profeta Ezequiel profetizou: 'Porei no seu íntimo o espírito novo: removerei de seu corpo o coração de pedra, dar-lhes-ei um coração de carne, a fim de que andem de acordo com os meus estatutos e guardem minhas normas e as cumpram. Então, serão o meu povo e eu serei o seu Deus' (Ez 11,19-20).

Uma sessão como esta que estamos realizando na Casa do povo, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, reúne sonhadores. Mas sonhadores que têm os pés no chão. Que nossos sonhos se transformem num potente grito que chegue aos mais distantes recantos de nosso estado: A Paz é Fruto da Justiça! Demos nossa colaboração concreta para construir, pois, a sociedade com que sonhamos."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Em nome de dom Murilo gostaria, neste momento, de agradecer a todas as autoridades, lideranças, pastorais, a todas as nossas igrejas que aqui se fizeram presentes, nesta noite. Quero agradecer também ao deputado Sargento Amauri Soares pela participação, ao coral da Alesc, na pessoa do maestro Reginaldo da Silva; aos funcionários da TVAL e da Rádio Alesc Digital, que transmitiram ao vivo esta sessão para todo o estado; a todos os demais funcionários da imprensa, fotógrafos, à equipe do cerimonial, ao corpo da guarda desta Casa, às taquígrafas e ao sr. Laudelino Domingos de Oliveira, colaborador da empresa de ônibus Canasvieiras, que colocou à disposição seus veículos para deslocar as pessoas para participarem desta sessão.

O nosso muito obrigado, de coração, a cada um e a cada uma de vocês que aqui vieram nesta noite para continuar levando adiante este bellissimo trabalho da Campanha da Fraternidade deste ano, Fraternidade e Segurança Pública e que tem como lema a 'Paz é fruto da Justiça'.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa, e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no hall deste Poder.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2009

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silva - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença de várias personalidades do município de Itajaí.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Discorre sobre as atividades da comissão de Pesca e Aqüicultura da Casa.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Faz um relato de todas as suas atividades.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Elogia o trabalho do relator, deputado Romildo Titon, do projeto do Código Ambiental; discorre sobre a situação da suinocultura do estado.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Aborda o PAR - Programa de Arrendamento Residencial - do governo federal.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Alerta para algumas dificuldades na implementação do PAR.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença de integrantes da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Joinville.

Partidos Políticos

DEPUTADO ROMILDO TITON - Tece considerações sobre o projeto que cria o novo Código Ambiental.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Parabeniza o relator do projeto do novo Código Ambiental pelo trabalho realizado.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra a presença de professores da Escola Coronel Pedro Cristiano Feddersen.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Faz a leitura de um artigo de sua autoria: "A política, a raposa, os búfalos e os gansos".

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Refere-se ao artigo lido pelo deputado Giancarlo Tomelin.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Manifesta-se sobre a sessão especial da Campanha da Fraternidade deste ano.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Elogia a escolha do tema e do lema da Campanha da Fraternidade deste ano.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se às relações internas no Corpo de Bombeiros de Araranguá; aborda o debate, na Casa, da Frente Única do Transporte Coletivo Contra o Aumento das Tarifas.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Manifesta-se sobre a crise econômica.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Refere-se às propostas do deputado Kennedy Nunes para enfrentar a crise.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Registra o falecimento do sr. Werner Piske, de Pirabeiraba; aborda a necessidade da reforma tributária; refere-se à manifestação dos aposentados em prol da aprovação de três projetos do senador Paulo Paim; aborda o curso de Tecnologia de Desenvolvimento Regional criado nas SDRs.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Comenta três projetos do senador Paulo Paim que beneficiam os aposentados.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (aparte) - Reporta-se à necessidade de acabar com o fator previdenciário.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Aborda os problemas enfrentados pelos aposentados no Brasil.

Ordem do Dia

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a indicação do deputado Herneus de Nadal para a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Reporta-se à indicação, de sua autoria, acerca da SC-302 e da SC-455.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Refere-se à indicação, de sua autoria, parabenizando o reitor e o vice-reitor da Unisul de Tubarão pela posse no cargo.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Aborda moção do deputado Rogério Mendonça, pedindo estudos no sentido de oferecer aos pais a opção de adotar o município onde residem como de naturalidade dos recém-nascidos.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Solicita subscrever moção do deputado Rogério Mendonça, pedindo estudos no sentido de oferecer aos pais a opção de adotar o município onde residem como de naturalidade dos recém-nascidos.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solicita subscrever moção da deputada Ana Paula Lima, para que os acontecimentos de março de 1964 não mais se repitam no Brasil.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute pedido de informação, de sua autoria, acerca da transferência de subordinação da unidade da Celesc de Lauro Müller e Tubarão para a Regional de Criciúma.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Confirma a indicação do deputado Herneus de Nadal para ocupar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Apela que a bancada do PP unifique o seu discurso; aborda inauguração, assinatura de convênios, ordem de serviço e entrega de recursos feitos pelo governador em Urubici e Lages.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Aborda a inauguração do posto de saúde de Urupema.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra a presença do diretor-presidente do jornal Diário do Iguaçu, de Chapecó.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reporta-se à eleição em Braço do Norte; manifesta-se sobre projeto de lei de sua autoria que trata da questão de *bullying*.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Aborda

episódio da sua infância, em que foi vítima de *bullying*.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a assembleia geral dos praças realizada no dia 12 de março.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Registra a assinatura com o Consuni para instalação da segunda Faculdade de Engenharia de Pesca; refere-se ao processo de cassação do governador.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Refere-se ao aniversário do município de São José.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero registrar a presença, nesta Casa Legislativa, do sr. Laerte Miranda Filho, presidente do Sindicato dos Conferentes de Itajaí e presidente interino da Intersindical Portuária; do vereador do PC do B, sr. Marcelo Werner, e do seu assessor, sr. Cássio Ubirajara, representando o Partido Comunista do Brasil do município de Itajaí.

Sejam bem-vindos a este Poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A Presidência colhe, com muito prazer, a manifestação de v.exa. e aproveita a oportunidade para fazer também o registro da presença, nesta Casa, da ex-prefeita do município de Gravatal, sra. Célia Fernandes; do sr. Itamar Fernandes; do sr. Tarcísio; do Sr. Djalma Comeli, presidente da Câmara Municipal de Gravatal; do sr. Antônio Pedro Neves, do sindicato do vereador, acompanhado da Maria, funcionária da Assembléia Legislativa.

Agradeço a presença de todos, fazendo este registro de forma respeitosa e muito alegre, como fez a deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Na ausência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, aproveito este momento da tribuna para trazer presente que estamos dando início aos trabalhos da comissão de Pesca e Aqüicultura, aliás, a nossa Assembléia Legislativa é uma das poucas da federação, deputado Sargento Amauri Soares, que já constituiu essa comissão.

Santa Catarina, por se destacar com relação à produção de pescado, também nesse sentido sai à frente instituindo, no Parlamento catarinense, a referida comissão que, sem dúvida alguma, terá uma tarefa extremamente

importante, significativa, haja vista que o Brasil, em 2000, ocupava o 25º lugar no ranking mundial relativo à produção de pescado, segundo dados da Organização das Nações Unidas.

Hoje, cerca de quatro milhões de brasileiros têm como fonte exclusiva de emprego e renda a atividade pesqueira e aquícola. Isto mostra que aos poucos a atividade vai ganhando visibilidade e automaticamente também vai levando renda e qualidade de vida à nossa população.

Hoje, movimenta-se mais de US\$ 1 bilhão com essa atividade. Isso mostra o incremento na movimentação econômica, gerando, assim, mais divisas aos cofres públicos em todas as esferas. E Santa Catarina é o maior produtor em nível nacional, com uma produção em torno de 150 mil toneladas, enquanto o Pará, um estado que até pouco tempo atrás ocupava o primeiro lugar na produção, produz em torno de 140 mil toneladas.

Nesse sentido, é muito importante essa comissão para o estado de Santa Catarina, pois através dela estaremos debatendo e discutindo várias políticas. Nos próximos dias estaremos trazendo a esta Casa o ministro da secretaria especial, que será transformada em ministério, sr. Altemir Gregolin, juntamente com o secretário da Agricultura do estado de Santa Catarina, para uma audiência pública, a fim de que se dê conhecimento à população que vive da atividade sobre as políticas que o ministério e a secretaria da Agricultura têm e que estão propondo para desenvolver.

Portanto, o momento é extremamente importante para que possamos dar visibilidade aos diferentes programas que o governo federal tem com relação à cultura da aquíicultura e pesca.

Quero lembrar também que, na próxima sexta-feira, o ministro estará aqui, na Assembléia Legislativa, num ato em que entregará, contemplando em torno de 60 municípios, vários equipamentos relacionados à atividade. Entre eles retroescavadeiras, caminhões e outros equipamentos, para poder implementar essa atividade importante que agregará, além de valor, renda aos nossos produtores, tanto rurais como aqueles que vivem da pesca.

O deputado Darci de Matos, srs. deputados, tem trazido uma demanda que vai ser apreciada na próxima reunião da comissão de Pesca e Aquíicultura, que diz respeito à questão do seguro defeso dos pescadores e pescadoras do estado de Santa Catarina. E quero lembrar que em nosso estado temos, hoje, cerca de 40 mil pescadores, sendo que, desse total, em torno de 18 ou 20 mil, quase a metade desse montante, portanto, não está sendo contemplada com o seguro defeso.

Nesse sentido, nós queremos trazer - e esta é a solicitação do deputado Darci de Matos - o presidente da Federação dos Pescadores de Santa Catarina, como também o delegado do ministério do Trabalho e representantes da secretaria Especial de Aquíicultura e Pesca, a Seap, para que na comissão de Pesca e Aquíicultura nós possamos debater esse tema, esse assunto, ouvir as pessoas, para que possamos dar o melhor encaminhamento possível a esses trabalhadores que não têm acesso ao seguro defeso. Mas se puderem ter acesso, ser-lhes-á possibilitado, sem dúvida alguma, o incremento da renda familiar e ao mesmo tempo movimentará a economia.

Portanto, percebe-se que desde o início há ali uma grande demanda e já justifica a criação desta importante comissão, a comissão de Pesca e Aquíicultura, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Isso já despertou em vários agentes políticos de municípios do interior do estado a possibilidade de implementar, dentro das Câmaras de Vereadores, a constituição dessa comissão, para poderem debater, discutir, em

nível de município, essa atividade e o incremento de políticas voltadas à questão da aquíicultura.

Então, fica esse desafio, para que o nosso estado possa continuar sendo o maior produtor e produzir muito mais ainda. Além disso, existe outro aspecto extremamente importante, que é a questão do consumo do peixe. É preciso fazer com que essa cultura possa ser cada vez mais realidade dentro das nossas famílias, pois quanto mais a nossa sociedade consumir peixe, com certeza mais a nossa população terá saúde.

Enfim, o peixe é colocado como sendo uma alimentação profundamente saudável, necessária e importante, além de incrementar renda às nossas famílias e aos nossos produtores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham, imprensa falada, escrita, televisada, quero fazer um relato de todas as minhas atividades.

Caros colegas, além das atividades que temos aqui, acompanhando as sessões, as nossas comissões, a tramitação de alguns projetos nossos, que cuidamos como se filhos fossem, ainda temos atividades externas.

Neste instante, quero agradecer ao presidente da comissão de Saúde, o brilhante parlamentar, eterno prefeito de Tubarão, o amigo deputado Genésio Goulart, que colocou em apreciação o nome desta deputada, hoje, na comissão de Saúde.

Gostaria de dizer que também deixei o meu nome à disposição para a vice-presidência dessa comissão tão importante. E os deputados se manifestaram com votos, com a deputada Ana Paula Lima, o deputado Darci de Matos, que estavam presentes, assim como o próprio presidente, deputado Genésio Goulart, e o deputado Giancarlo Tomelin. Inclusive, quero agradecer aos deputados, por olharem o nome desta deputada como uma pessoa que tem pretensões para fazer um bom trabalho à frente da comissão de Saúde. Agradeço os votos e vou-me esmerar para auxiliar o deputado Genésio Goulart, quando ele não puder acompanhar os trabalhos por este estado afóra. Enfim, estarei à disposição.

Na sexta-feira, recebi uma homenagem do Rotary Club, o que me deixou muito agradecida. Nessa reunião estavam presentes a presidente do Rotary de Florianópolis, a amiga Cida Mussi, o presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, vereador Gean Marques Loureiro, membro do Rotary. Também contamos com a presença da governadora do Rotary, sra. Miriam Caldas, que coordena mais de uma centena de Rotaries aqui na região. E nessa reunião recebi o título de sócia honorária.

V.Exas. sabem que para nós, políticos, receber uma honraria desse porte é muito importante, e eu não poderia deixar de registrar, porque, deputado Sargento Amauri Soares, as figuras públicas, hoje em dia, são todas iguais. As pessoas já nos colocam de uma maneira negativa. Então, receber essa homenagem foi mais um ponto positivo, mais uma estrela no meu currículo. Fiquei muito grata, feliz e vou poder dar a minha contribuição, porque sabemos que o Rotary tem um trabalho bellissimo em nível internacional. E ali também contamos com a presença de autoridades da África, dos Estados Unidos e de alguns outros países.

Eu não poderia deixar de registrar essa data importante, porque faz parte do meu currículo ter lecionado na Escola Paulo Schieffler, em

Caçador. Inclusive, essa escola está sendo restaurada, e quero estar presente no dia da reinauguração, pois lá lectionei por 17 anos. Atuei da 5ª série até a 8ª série, no 2º grau, e também deixei minha contribuição. Lembro-me muito bem que éramos 80 professores, o maior colégio estadual de Caçador, e fui eleita pelo voto, pela manifestação dos meus colegas professores. Isso não é bem um título, mas é um destaque para a minha profissão de professora como funcionária padrão. E lembro-me que recebi até um prêmio em dinheiro. Mas não era o dinheiro que contava nessa época, e sim o reconhecimento dos colegas, das serventes, dos funcionários, do vigia, do professor.

Então, isso é um pontinho lá no meu currículo, porque não deixei de ser professora. Sou professora, sou uma profissional, sentei no banco escolar e estudei, fiz da 1ª até a 4ª série, o ginásio, o magistério da Escola Professora Amazília, a minha faculdade de Geografia. E se eu quiser mais tarde me aperfeiçoar, posso também ter outra profissão como potógrafa, posso voltar a lecionar.

Então, não comprei o diploma. Eu estudei, tenho meu histórico com as notas, freqüentei, estudei e assim por diante. São pontos positivos no meu currículo.

No sábado estive em Porto Alegre, representando o PRB nacional. O dr. Vitor Paulo solicitou que esta deputada fosse a Porto Alegre representar o Partido Republicano. E sou partidária, estou pronta para ir a qualquer encontro. Lá estive e senti-me muito honrada, deputado Jailson Lima. E sabem quem estava ao meu lado? A figura importantíssima do governador Olívio Dutra, aquela figura ilustre, participando e dando a contribuição, falando nas propostas. E nós tínhamos também outras siglas ali, mas o PT estava ali ao lado do PRB, honrando com sua presença e dando-nos apoio para a nossa reunião. Ali tínhamos outras siglas, o PDT também estava presente, o PCDoB e outras siglas.

O nosso partido faz costuras políticas com várias siglas, mas queremos crescer, porque o nosso partido tem representatividade na vice-presidência, no Senado, no Congresso Nacional, nas prefeituras, nos municípios e aqui, na Assembléia Legislativa, através desta deputada que lhes fala.

Estou aqui lutando em prol do Partido Republicano Brasileiro.

Muito obrigada e que Deus abençoe todos!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Inscrição para falar o sr. deputado Moacir Sopelsa, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, senhoras e senhores, imprensa falada, escrita e televisada, o que me traz à tribuna, hoje, são dois assuntos que gostaria de mencionar, deputada Odete de Jesus, deputado Romildo Titon, nosso relator do projeto de lei do Código Ambiental.

Até quero deixar registrado aqui os meus cumprimentos pela dedicação, pelo trabalho que vem fazendo de fato o deputado Romildo Titon junto à assessoria da comissão de Constituição e Justiça, junto com todos os parlamentares - é a verdadeira democracia dentro daquilo que entendemos nesta Casa.

Esse é um projeto de lei, sem dúvida nenhuma, no meu ponto de vista e, tenho certeza, no de todos os parlamentares, importantíssimo, que vai regulamentar os destinos do nosso estado nos próximos anos, nas próximas décadas, ou, quem sabe, vamos torcer para que seja um projeto que possa atender ao crescimento, atender ao entendimento da sociedade catarinense por toda a sua história. Claro que sabemos da dificuldade, sabemos dos pontos

polêmicos, mas tenho me pronunciado aqui e gostaria de reafirmar hoje que é uma oportunidade que temos de dar o diferenciamento que Santa Catarina precisa.

Temos que ter a consciência de fazer um projeto com equilíbrio, que dê segurança ao meio ambiente, que dê a segurança de não poluirmos, de conservarmos, mas que dê também a segurança de podermos ter um projeto que venha ao encontro do desenvolvimento do nosso estado. Que possamos também dar uma tranquilidade maior para aqueles que precisam dos seus projetos e, especialmente, aqui quero me referir à agricultura de Santa Catarina, que tem estado muito apreensiva sem ter segurança, sem ter certeza daquilo que pode acontecer amanhã na sua propriedade.

Então, durante esta semana, nas próximas duas semanas, teremos que fazer de tudo para encontrar um projeto com equilíbrio. E acredito que o deputado Romildo Titon trabalhe nessa linha, para que possamos, quem sabe, ter aqui um projeto de lei aprovado pelos 40 srs. deputados.

Outro assunto que me traz à tribuna desta Casa é a situação da agricultura, mais especialmente a da suinocultura do nosso estado. Na semana passada tive a oportunidade, deputado Elizeu Mattos, de estar na direção da Sadia, em São Paulo, com o dr. Felipe da Luz Sobrinho, tentando buscar informações sobre a crise da suinocultura não só no nosso país, mas no mundo todo, deputado Padre Pedro Baldissera, uma vez que as exportações, pela economia de cada país, caíram, assim como as exportações do nosso estado e do país, que também diminuiram muito.

Para nossa felicidade, e quem sabe seja um conforto para o nosso produtor, deputado Dagomar Carneiro, acredito que poderemos sair do fundo do poço: hoje, deputado Kennedy Nunes, tivemos uma notícia que nos dá um alento, ou seja, a Rússia voltou a autorizar a compra de carne suína do estado de Santa Catarina. Temos aí a bancada federal do nosso estado que trabalha nessa direção, o governo federal que trabalha nessa direção, para poder, inclusive, quem sabe, fazer permutas. A Rússia tem fertilizantes que podem ser vendidos para o Brasil; a Rússia tem trigo que pode ser vendido para o Brasil. E, quem sabe, possamos daqui a pouco fazer uma troca com a carne brasileira, envolvendo aí a carne suína, até para desafogar o mercado saturado que tem hoje o nosso país.

Os supermercados trouxeram, nos últimos 30 dias, o reflexo da baixa do produto. E esse reflexo geralmente acaba sobrando para o nosso produtor. É o nosso produtor que tem sempre a parte fraca da corda. E quem tem pagado a conta, na maioria das vezes, é o nosso produtor.

Se esse benefício, pelo menos, fosse estendido ao consumidor, que também é outra ponta que não tem força para discutir preço, valores, porque, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa., que vem também de uma região produtora, sabe que na maioria das vezes essa conta é paga pelo nosso produtor...

O que está acontecendo com a suinocultura, no Brasil, especialmente no estado de Santa Catarina, é muito apreensivo, é uma situação muito difícil. Novamente, dezenas, centenas de produtores acabaram deixando a sua atividade, porque estamos há algum tempo trabalhando com prejuízo. E informações da associação catarinense de suínos e aves da Embrapa, em Santa Catarina, dão-nos conta de que o nosso produtor paga, hoje, R\$ 70,00 para entregar um suíno de 100 quilos. É um prejuízo de R\$ 70,00 para cada suíno terminado, para cada suíno que o nosso produtor entrega. E Santa Catarina é o maior produtor de suínos do país. Portanto, imaginem milhares de produtores arcando com

esse prejuízo.

Então, a Sadia, como outras empresas, a Perdigão, as cooperativas, vêm tentando viabilizar esse mercado, tentando segurar esse mercado, porque sabemos a importância que tem a suinocultura para o contexto do desenvolvimento da economia do estado de Santa Catarina, mas ainda também não encontram a solução para atender ao pleito do nosso produtor.

Acredito que o povo catarinense saiba superar essas dificuldades. Não é a primeira vez que o nosso suinocultor passa por essas dificuldades. São crises que vêm de tempos em tempos, mas devemos alertar que a cada crise diminuimos o número de produtores. E isso é ruim, são pessoas que deixam o campo, são pessoas que deixam de habitar no campo para habitar na cidade, às vezes em condições muito difíceis.

Por isso, temos que ter algumas ações que precisam ser feitas. E aqui eu chamo o apoio do governo federal, do nosso Congresso Nacional, dos governos estaduais, no sentido de que as políticas agrícolas precisam ser modificadas. Temos que ter outros encaminhamentos, não para a política partidária da produção, mas para a política de organização da produção do nosso país, uma vez que os países desenvolvidos se organizam cada vez mais, e nós deixamos sempre que a produção não tenha um controle sobre a sua oferta e sobre a sua procura. E repito aqui: quem acaba pagando a conta, sempre, na grande maioria das vezes, ou 100% das vezes, é o nosso produtor.

Quanto a essa crise mundial que vivemos, se tivermos a consciência de que este é um país produtor de alimentos, eu não tenho dúvida de que vamos superar essa crise. Mas para isso precisamos atender ao pleito do nosso produtor, daqueles que produzem a matéria-prima no campo e que não têm tido o devido reconhecimento, tanto do Poder Público quanto da própria iniciativa privada.

O nosso produtor e o nosso governo federal precisam realmente se debruçar em cima de um projeto para atender a necessidade da nossa produção. Nós temos essas dificuldades em todos os produtos agrícolas. E essa solução vem-se arrastando ano após anos, há muitos anos.

Então, há que existir realmente essa preocupação, essa contribuição nossa para fazer com que a produção agrícola em nosso país possa atender a necessidade do consumidor e possa dar também àqueles que produzem uma vida mais digna e mais justa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero cumprimentar os parlamentares desta Casa, os funcionários, os telespectadores da TVAL e fazer o registro, deputado Padre Pedro Baldissera, da inauguração de mais um PAR - Programa de Arrendamento Residencial -, um programa de habitação do governo Lula, na cidade de Biguaçu.

Foram inaugurados e entregues 240 apartamentos, sendo que só na cidade de Biguaçu já foram investidos ao todo, só nesse projeto, mais de R\$ 7 milhões. Trata-se de moradia digna. São blocos para a população com renda de até R\$ 1.200,00. O programa permite que famílias que estavam fora de uma habitação digna possam tê-la.

Se puder mostrar o condomínio habitacional, a população catarinense poderá observar que ao todo, só na cidade de Biguaçu, considerando os outros projetos que já foram apresentados, já foram investidos R\$ 18 milhões.

E em Santa Catarina, em habitação, por parte do governo federal, ao todo foram investidos R\$ 150 milhões através do PAR - Programa de Arrendamento Residencial.

Na inauguração estavam presentes o nosso deputado Claudio Vignatti, a nossa senadora Ideli Salvatti e o presidente da Caixa Econômica Federal, mostrando que o governo Lula, deputado Kennedy Nunes, continuará a fazer essas obras em cidades como Joinville, Brusque e Florianópolis, permitindo que a sociedade catarinense tenha a tranquilidade de uma habitação digna.

É de fundamental importância dizer que o governo federal vai continuar investindo e tem um projeto de um milhão de habitações até 2010. Muitos costumam dizer: "Mas isso é impossível!" Mas é a meta preestabelecida para ser atingida, porque assim, além de se gerar empregos, dá-se consistência para a economia não apenas de Santa Catarina, mas do Brasil.

O nosso presidente Lula tem falado enfaticamente da importância de se adotar projetos de energia limpa, a exemplo das energias renováveis, como a energia solar. E com relação a esse projeto, o presidente Lula falou que nesse programa de construção de um milhão de habitações essa questão tem que estar presente, para que o chuveiro, uma lâmpada ou duas em cada habitação possam ser alimentados por energia solar. Essa é uma postura de visionário!

Faço essa citação porque fizemos aqui, nesta Casa, um projeto de lei a fim de estimular os órgãos públicos e os hotéis a implantarem projetos de energia solar. Mas, deputado Kennedy Nunes, infelizmente, a bancada governista se posicionou contra esse projeto que apresentamos nesta Casa. Mas nós vamos reapresentá-lo, porque nós não podemos discutir desenvolvimento nesse mundo globalizado se não aproveitarmos o potencial das energias renováveis. E o mundo vai caminhar nesse sentido, principalmente com a história do aquecimento global, com os altos índices de poluição que a sociedade tem gerado.

Por isso, parabéns ao nosso deputado Claudio Vignatti, que também representa o nosso partido em Brasília; parabéns a nossa senadora Ideli Salvatti e parabéns, principalmente, ao povo de Biguaçu, que foi presenteado com esse programa de habitação do governo Lula. Vale lembrar que contamos com a ação sempre muito firme e contundente da nossa querida Caixa Econômica Federal, através dos seus representantes.

No mais, sabemos que esta Casa tem uma responsabilidade importante e está discutindo o desenvolvimento catarinense, um desenvolvimento pautado na criação da consciência crítica e coletiva, até mesmo porque a Celesc, juntamente com a Caixa Econômica Federal e também na presença da nossa senadora e dos nossos deputados, assinou um convênio para implementação do PAR no morro do Maciço, aqui em Florianópolis, a fim de que aquelas casas aproveitem a energia solar para o aquecimento da água.

Se a Celesc está assinando um convênio dessa ordem e estimulando isso, cabe a esta Casa também trabalhar o fomento e o estímulo do uso de energias renováveis, para que nós possamos fazer com que a sociedade catarinense seja, digamos, a sociedade que puxa esse debate em nível nacional, deputado Antônio Aguiar, e seja, quem sabe, futuramente, o estado mais verde do Brasil, verde no sentido da consciência crítica e das energias renováveis.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não, nobre deputado.

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputado.

Quero dizer a v.exa. que este estado já

é verde. Se a maioria dos estados da federação fossem tão verdes quanto Santa Catarina, nós teríamos um clima bem melhor no planeta.

Mas quero falar especificamente do PAR, que v.exa. trouxe à tona agora, relatando o que aconteceu na cidade de Biguaçu, ontem à tarde. Eu quero dizer que é um programa extremamente importante desenvolvido pelo governo Lula, que deu oportunidade às pessoas de renda baixa obterem suas casas ou apartamentos, pois não são só construídos apartamentos, mas casas também.

O grande problema é que os terrenos nas áreas urbanas das cidades estão começando a inviabilizar o PAR, porque são muito caros. A construtora que vai edificar a obra para a Caixa Econômica Federal é quem tem que comprar, ela edifica e a Caixa Econômica entrega naquele preço. Então, está ficando difícil.

É preciso que o governo federal faça um projeto que preveja algum tipo de isenção do município para a questão do terreno, do ITBI, do alvará de construção das construtoras, porque posso afirmar a v.exa. que na região da Grande Florianópolis, em virtude do valor dos terrenos no mercado imobiliário, está ficando inviável dar continuidade a esse projeto dentro das cidades. Agora, se forem construir lá na Colônia Santana, suponhamos, que pertence ao município de São José, o pessoal já não quer porque é muito longe. Em Palhoça há alguns que não estão totalmente habitados por causa dessa questão.

Bem, o programa é ótimo. Parabenizo v.exa. pela escolha do tema, mas temos que viabilizar essa questão para dar continuidade ao PAR nas periferias das cidades.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado José Natal.

É importante que os planos diretores contemplem a questão da função social da terra, porque nós temos que criar facilidades para a população, entendendo que os transportes públicos precisam ser incentivados, tendo em vista o alto número de carros que existe e o contingente de engarrafamentos que normalmente enfrentamos por aí fora.

Ao mesmo tempo, quero registrar aqui que a Apremavi - Associação de Preservação do Meio Ambiente e Proteção a Vida do Alto Vale -, com uma sede em Atalanta, que existe também na cidade de Rio do Sul, está fazendo mais uma vez a campanha do clima legal, na qual é feito um trabalho de manejo e plantio de mudas nativas da Mata Atlântica.

O estado catarinense é um estado que tem um contingente importante de mata, mas não podemos esquecer que no ano passado Santa Catarina foi o estado que mais desmatou a sua Mata Atlântica. Precisamos ter essa percepção!

Então, parabéns à Apremavi por mais essa atividade do clima legal, contribuindo com o estado catarinense, com o país como um todo e com o mundo, na medida em que faz um debate não só no Brasil, mas no mundo, no sentido da preservação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Dagomar Carneiro)

- Esta Presidência gostaria de registrar a presença na Assembleia Legislativa do presidente estadual do PDT, sr. Manoel Dias, do ex-prefeito de Brusque, Danilo Moritz, e também do ilustre cidadão brusquense, ex-diretor do pavilhão da Fenarrec, acompanhado de sua esposa Maria.

A eles desejamos boas-vindas ao Parlamento catarinense.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, gostaria de registrar com grande

satisfação a presença, neste plenário, do presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Joinville. O deputado Kennedy Nunes conhece bem o Arodi Francisco de Oliveira, atuante, guerreiro, combativo.

Também está presente o Roberto Pinotti, relações públicas, a assessora Ludmila e o sr. Walter Galli, que pertence à associação.

Quero registrar, sr. presidente, que na sexta-feira vai acontecer uma grande manifestação em Laguna, com milhares de aposentados e pensionistas, tentando sensibilizar a Câmara de Deputados para aprovar três projetos de lei do senador Paulo Paim, que realmente dão dignidade aos aposentados e pensionistas deste país.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Boas-vindas aos cidadãos que visitam o Parlamento catarinense.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Romildo Titon, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Saúdo o nosso presidente que está conduzindo os trabalhos, da mesma forma, os srs. deputados presentes no plenário e todos aqueles que estão nos assistindo.

Queria, neste instante, primeiramente agradecer ao meu partido por me conceder todo o tempo do horário destinado ao PMDB, para que pudéssemos aqui falar de um tema importante.

Ao longo de seis meses a Assembleia Legislativa vem debatendo, discutindo, buscando alternativas para constituir o Código Ambiental de Santa Catarina da melhor forma e da maneira mais funcional possível, para que possamos também aprová-lo aqui no plenário e tê-lo sancionado pelo governador do estado. Não criaremos expectativas falsas à sociedade de que ele não possa ser executado.

Essa tem sido a missão maior deste deputado como relator dessa proposta oriunda do governo do estado. Procuramos, através das dez audiências públicas realizadas no estado de Santa Catarina, oportunizar que a sociedade se manifestasse e nós pudéssemos sentir de perto os anseios e as preocupações de todos os segmentos para que, após as audiências públicas, nós abríssimos espaço para que os srs. parlamentares entregassem as suas emendas e as suas propostas no sentido de modernizar, ampliar e melhorar o projeto e que pudéssemos conciliar o setor produtivo, a produção, mas também as questões ambientais.

Tenho, nesses últimos dias, após ter encerrado o prazo das emendas, procurado ouvir todos os parlamentares. Tivemos a oportunidade de sentar, discutir, ouvir as explicações das suas emendas, das suas propostas e ver o que foi possível colocar no processo, realocando os artigos do Código Ambiental e fazendo redações melhores para que não tenhamos problemas futuramente.

Eu diria, deputado Ismael dos Santos, que a contribuição dos srs. parlamentares, através das emendas, foi de fundamental importância para que nós pudéssemos modernizar mais a proposta que veio do governo. Veio com muitas falhas e coube-nos, pois é a nossa missão, reparar esses erros, corrigi-los e modernizar da melhor forma o Código Ambiental. Assim foi feito, e quero agradecer a compreensão de cada parlamentar. Muitas vezes estivemos discutindo claramente, olho no olho, dizendo o que era possível ser acatado e o que era possível modificar na redação do projeto.

A sociedade participou de uma forma geral. Ai está demonstrada a importância desse projeto de lei, porque o Código Ambiental, entre as questões que a Assembleia Legislativa tratou nos últimos anos, foi a que teve a maior participação da sociedade em termos de sugestões.

E vejam, deputados José Natal e Antônio Aguiar, que muitas vezes tivemos as galerias desta Casa lotadas de pessoas ou de segmentos que vinham aqui para defender seus interesses. Nesse processo há muitas categorias envolvidas e todas deram a sua participação. Temos os ambientalistas, que têm uma visão do meio ambiente diferente; temos aquelas pessoas que entendem que não se deve mudar aquilo que as regras gerais fixaram através do Congresso Nacional; existem outras pessoas que estão no dia-a-dia no meio produtivo, no dia-a-dia do campo e que entendem que as mudanças têm que acontecer sob pena de não haver mais sobrevivência por parte do setor produtivo, pelas questões ambientais.

Todas essas visões foram objeto de sugestões de todos os lados. Por isso, eu digo que esse foi um dos processos que tiveram a maior participação da sociedade, de todos os lados, daqueles a favor, daqueles contrários ou mesmo daqueles que não tinham uma posição definida a favor ou contra o projeto e que ofereciam as suas sugestões.

Então, acredito que tivemos avanços muito importantes no sentido de dar mais clareza à competência de cada órgão envolvido com a questão ambiental no estado de Santa Catarina: a secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, que tem a obrigação de fazer a coordenação central de todo o processo do meio ambiente em Santa Catarina; a Fatma, na sua condição de órgão licenciador e fiscalizador; e a Polícia Ambiental para fazer um policiamento ostensivo e mais direcionado às questões educativas com relação ao meio ambiente.

Criou-se uma figura nova nesse processo que são as juntas intermediárias, que vão analisar e discutir as multas que são emitidas pelo órgão fiscalizador. As multas poderão ser decididas por uma junta lá na região, junta essa que será composta por membros da sociedade e do governo.

Fizemos algumas correções referentes a uma questão, deputado Padre Pedro Baldissera, que foi debatida em todas as audiências públicas: o fiscal que emite a multa e que não pode participar do julgamento. E nós deixamos isto mais claro: não pode o fiscal que emitiu a multa participar, mas o órgão que ele representa pode. Então, naquele momento, ele tem que ser substituído por outro colega da Fatma ou da Polícia Ambiental, quando for o caso. E foi corrigida essa questão.

Tivemos avanços importantes no nosso Código Ambiental. Um deles foi a criação das áreas consolidadas, oportunizando que aqueles que já ocupam determinadas áreas permaneçam da forma que estão. No entanto, eles têm que criar mecanismos que inviabilizem a poluição e que preservem o meio ambiente nas suas áreas consolidadas.

Avançamos também, deputado Antônio Aguiar, num ponto que achei fundamental, na questão de demarcação de terra, uma grande carga que o nosso agricultor está carregando, esse fardo que está sob os ombros da nossa classe produtora de Santa Catarina, que é o nosso pequeno agricultor e que é o mais penalizado, fiscalizado, prejudicado em todo esse processo das questões ambientais. Pois vejam: o cidadão tem que deixar, pela lei federal, hoje, 30m de área de preservação sobre qualquer córrego e rio, e que ele não pode mais utilizar; tem que fazer a reserva legal de 20% da sua propriedade, ir ao cartório para dizer que aquele pedaço não pertence mais a ele, e sim ao meio ambiente, ao poder público. Mas ele tem que pagar os profissionais para fazer a medição e localizar os 20%; tem que averbar no cartório e pagar; tem que cercar os 20% e cuidar de graça para o governo e para todo o sistema do meio ambiente.

Então, criamos nesse projeto, o fundo

de compensação ambiental, no qual o cidadão vai receber pelo serviço que presta às questões ambientais. Eu acho que esse foi um avanço muito importante que demos nesse processo. E aí nós colocamos, deputado Antônio Aguiar, uma emenda do relator no sentido de que não fique só no papel e no discurso, e o governo do estado, num prazo de 180 dias, terá que fazer uma lei regulamentando a forma como será pago e como os recursos vêm para que isso realmente possa ser cumprido.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Romildo Titon, gostaria de parabenizá-lo, como relator desse importante projeto, porque v.exa., sem dúvida nenhuma, foi o deputado que mais trabalhou nesse projeto do Código Ambiental do estado de Santa Catarina, que já estava na Casa há mais de seis ou oito meses.

Srs. deputados, esse projeto vai fazer com que nós, catarinenses, saíamos na frente em termos de Código Ambiental no Brasil. Temos certeza de que as mudanças, que esta Casa há de aprovar, vão repercutir, sim, em nível nacional, e tudo isso graças ao trabalho, à dedicação e ao empenho de v.exa., em fazer com que esse projeto seja bem elaborado e bem trabalhado. Ele dará oportunidade à sociedade, através das suas instituições, de reconhecer o projeto do Código Ambiental, e v.exa. enriqueceu esse projeto com as suas sugestões que foram acatadas através dos deputados e entidades.

Parabéns pelo projeto, pelo trabalho e pelo desempenho de v.exa., deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado, meu líder, deputado Antônio Aguiar, pela sua participação.

De fato, procuramos ouvir todos, incessantemente, para direcionar o projeto da forma que nós entendemos que é o melhor para este Parlamento. Sonho, ainda sonho meu líder deputado Antônio Aguiar, que nós possamos ter unanimidade nessa votação. Para isso estamos conversando, tirando as dúvidas para que todos os parlamentares possam ter certeza de que deram a sua participação nessa questão. Ainda não fechei o relatório, pedi hoje mais um espaçozinho a todos os membros da comissão e às demais comissões, porque há alguns pontos polêmicos ainda sobre os quais nós não chegamos a um denominador comum - e até confesso que em alguns pontos nem eu estou convencido do caminho.

Então, com a troca de idéias, ainda hoje e amanhã, com muitos parlamentares que estão engajados, principalmente, nessa questão das áreas de preservação, nós poderemos melhorar o texto e fazer com que ele seja o melhor e mais funcional para todos nessa questão que é a mais polêmica de todos os itens que compõem o Código Ambiental. Porque muitas pessoas divergem, e quando veio o projeto de lei dizendo que, partindo dos rios até cinco metros, deixariam cinco metros de preservação, e de cinco a 10m, deixariam 10m de preservação, aí começou a grande polêmica. E até alguns jornalistas questionaram-me: "Se o cidadão já se encaixa dentro dessa proposta dos 10m, digamos, mas lá, ao longo do rio da propriedade dele, já tem 20m, agora o cidadão vai derrubar os 10m"? Aí vimos uma falha na lei. Nós colocamos um parágrafo dizendo que não, que aquelas matas e vegetações existentes não podem ser mexidas. A lei da Mata Atlântica não permite isso.

Então, estava-se criando uma expectativa meio ruim perante a sociedade e reservamos essa possibilidade. Estamos discutindo, deputado Padre Pedro Baldissera - e sei que o PT tem várias divergências nessa

questão, como outros parlamentares também têm -, a possibilidade de criarmos um mecanismo de um estudo técnico feito pela Epagri para analisar caso a caso, porque o rio da sua propriedade pode ser de uma bacia hidrográfica diferente da minha, e talvez o rio da sua propriedade não precise do tamanho da preservação que a minha precise - este é um exemplo que estou dando.

Então, ficou uma brecha para a qual precisa haver uma análise técnica para não cometermos nenhuma injustiça.

Outra questão que também se conseguiu avançar bastante foi a da reserva legal, na qual procuramos adotar - e havia diversas sugestões, opiniões nesse sentido - a resolução do Consema e também uma sugestão da Fatma, já de um outro projeto também famoso, que falava de 100% de aproveitamento da APP para as pequenas propriedades e 60% para as demais. Ficamos nesse rumo também, obedecendo, claro, critérios que a resolução traz e que aqui nós levaríamos um tempo grande para fazer as colocações.

Srs. deputados, o meu tempo está acabando e o tema é importante. Sei que esse debate vai-se prolongar por muitos dias ainda nesta Casa. Mantenho o prazo, apenas pedi um prazo maior para fazer o meu relatório, para até o dia 31 votarmos nas comissões e no plenário.

Agradeço a participação e a compreensão que todos tiveram conosco nesse processo em que atuamos como relator.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, sr. deputado.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Com muita alegria, quero registrar aqui a presença dos professores da Escola Coronel Pedro Cristiano Feddersen: professora Ana Cé Valim, professor Antônio Ivan Bueno e professora Leize Pereira. É uma escola que atende a 740 alunos do ensino fundamental e está situada na Vila Itoupava. A escola cultua a tradição alemã, a tradição germânica, tão característica da nossa região de Blumenau. É uma escola que prima pela qualidade e conta com o auxílio e a dedicação da sua diretoria e dos profissionais que fazem tudo pela educação, bem como pela comunidade. Saúdo também a participação linda dos alunos que estão aqui.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam todos bem-vindos!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, senhoras e senhores que nos assistem através da TVAL e que nos ouvem através da Rádio AleSC Digital, veículos que prestam um grande serviço a Santa Catarina, na medida em que levam aos quatro cantos do nosso estado a atuação, a ação e a postura de cada parlamentar.

Então, quero cumprimentar todos com muita alegria e dizer que hoje, deputado Adherbal Deba Cabral, vou fazer um discurso lido, um discurso que escrevi neste final de semana, e que se transformará, deputado Ismael dos Santos, num artigo a ser publicado, talvez no jornal da Casa, talvez nos jornais de grande circulação, que se chama "A política, a raposa, os búfalos e os gansos".

(Passa a ler.)

"A política sempre foi e sempre será

para mim o conceito passado pelo meu avô, o ex-deputado Honorato Tomelin: um verdadeiro sacerdote. A política necessita espírito público, necessita o servir e principalmente o respeito inelével à democracia e ao contraditório. Porém, a sociedade tem uma imagem contrária da classe política, basicamente oposta pelo vértice no que tange aos conceitos acima! E não é para menos. Conceitua a política como um ato de interesses particulares, da utilização do poder para servir-se e de um emaranhado de decisões ditatoriais. Pois bem, o pior é que existem inúmeros exemplos espalhados que comprovam a sociedade. A própria classe política, infelizmente deixou este exemplo, comprometendo o todo pela parte. A raposa é sempre utilizada para exemplificar a política, primeiro por seus hábitos crepusculares e noturnos, segundo porque a raposa age sozinha e na calada da noite. Além de esconder sua caça em até 20 lugares diferentes, a raposa nas zonas rurais, por vezes assalta os galinheiros, tendo o hábito de matar em excesso, muito mais do que necessita para sua própria sobrevivência.

É preciso mudar esta realidade, pois isso transforma a própria sociedade e seus interesses legítimos em uma verdadeira bomba relógio. Talvez a natureza possa nos mostrar o caminho. Os búfalos já são uma maneira, uma forma mais evolutiva, é verdade. Mas não ainda o ideal. Pois eles elegem um líder e o seguem fiel e rigorosamente. O seguem pela vida inteira, o que pode levar a manada para algo muito positivo ou para o precipício. Momentos que nós, brasileiros, já vivemos, quando assistimos com um salvador da pátria prometendo cassar marajás. Uma liderança a serviço de si e dos seus.

Mas certamente os gansos são exemplos mais duradouros e confiáveis. Pois quando visualizamos um bando de gansos formando um grande "V" no céu, nos perguntamos o porquê desta forma de voar. A resposta é que quando cada um bate as asas ajuda o da frente a voar e isso faz com que todos economizem 71% da energia que gasta uma ave para voar sozinha. Porém, o que está na frente e que gasta mais energia para voar, reveza a liderança. E se um ganso se machuca ou é ferido, dois ou três saem do bando e o acompanham ou até que se recupere ou até que morra. Ou seja, os gansos são mais solidários.

Eu acredito no modelo de revezamento da liderança. E vou lutar por isso, vou lutar por esta mudança e tenho certeza de que os tucanos seguirão o exemplo dos gansos. Acreditamos no PSDB de Teotônio Vilela, de Mário Covas, de Fernando Henrique Cardoso, de José Serra, de Paulo Renato de Souza, de Geraldo Alckmin, de Dalirio Beber, de Artur Virgílio, de Mauricio e Gustavo Fruet, de Aécio Neves, de José e Beto Richa, de Luiz Carlos Mendonça de Barros, de Jacó Anderle, de Leonel Pavan e tantos outros. O PSDB de coragem. O PSDB da dignidade. O PSDB da inclusão. O PSDB construtor das bases do verdadeiro desenvolvimento brasileiro capaz de apresentar uma proposta para superar a crise que nos avizinha, com trabalho, humildade e muita, mas muita responsabilidade.

Por isso tudo e muito mais é que escolhi a política partidária, escolhi o PSDB, meu primeiro e único partido. Uma escolha amadurecida. Feita sob princípios ideológicos e para transformar esses sonhos em realidade. Não para mim mesmo, mas para todos. Para a sociedade. É para quem olho e sonho. Em algo mais justo, mais fraterno e mais igualitário." [sic]

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não, ouço com muita alegria v.exa.

O Sr. Deputado José Natal - Quero dizer a v.exa. que são poucos os momentos em que alguém lê um texto tão interessante como v.exa. leu, com o qual concordo.

Mas nós estamos neste país com dificuldade de encontrar líderes que nos guiem para o caminho da verdadeira política voltada para a sociedade, porque essa é a nossa missão para a consolidação da democracia.

Digo que os bons políticos - e nós em Santa Catarina somos responsáveis e temos demonstrado isso - são jogados na vala comum por causa de um. O PSDB possui tantos nomes, produziu e irá produzir, mas quando se fala para a sociedade em política, tudo isso que v.exa. acabou de colocar é jogado no ralo. E nós estamos com dificuldades, muitas dificuldades, de nos encaixar num conceito de política para o entendimento do povo, da massa, porque é para ela que nós vivemos o nosso dia-a-dia.

Mas, lamentavelmente, tenho que concordar com essa massa que diariamente critica a classe política, porque nós temos alguns aí que devem ser banidos, mas não são porque conseguem retornar pelo voto e pela questão da Justiça, que demora demasiadamente em tantos pontos neste país. E nós sabemos que há pessoas lá na Câmara, no Senado e em qualquer lugar que devem à sociedade e à Justiça há muitos anos e ainda continuam representando-nos. E aí eu, o deputado Ismael dos Santos, v.exa. e tantos outros deputados desta Casa somos penalizados por isso.

Mas parabeno v.exa. pelo pronunciamento e queremos encontrar homens, realmente, do quilate que v.exa. acaba de colocar.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Muito obrigado, deputado José Natal.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Apenas quero acrescentar ao pronunciamento de v.exa. um velho provérbio que diz o seguinte: "Para que os maus governem, basta que os bons cruzem os braços". É hora dos bons arregaçarem as mangas e fazerem a sua parte.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Muito obrigado, deputados Ismael dos Santos e José Natal. Faço das palavras de v.exas. as minhas palavras também, na certeza de que esta sociedade que nos assiste haverá de construir cada vez mais ao nosso lado políticos com calibre, com mais ética e mais determinação. Esse é o meu sonho. E para isto e por isto que faço política.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria, neste horário do PT, do Partido dos Trabalhadores, de trazer presente, deputado Sargento Amauri Soares, aquilo que nós, na noite de ontem, realizamos aqui na Assembléia Legislativa, na sessão especial, quando trouxemos o tema da Campanha da Fraternidade deste ano que é muito abrangente, que envolve e diz respeito a cada um de nós, que é a segurança pública, que tem como chamariz A Paz é Fruto da Justiça.

Foi uma sessão que contou com muita gente, inúmeras lideranças de diferentes setores da nossa sociedade, organizações, movimentos que aqui estiveram refletindo, por mais de uma hora e meia, sobre esse tema vital que diz respeito a todo cidadão e cidadã do nosso estado e do nosso país, que é a segurança pública. E aqui foram discutidas várias situações conflitantes que dizem respeito à vida dos nossos cidadãos e

cidadãs.

Hoje, temos plena consciência de que, quando se fala em segurança pública, não há dúvida de que ela está presente no inconsciente coletivo de todos os cidadãos e cidadãs, porque é um tema, deputado Sargento Amauri Soares - e v.exa. tem trazido esse tema inúmeras vezes a esta Casa, juntamente com vários parlamentares - , que diz respeito diretamente àqueles que têm um papel importante e uma relação direta no sentido de mantê-la, que passa pelas mãos do estado, pelo poder estatal. Mas, infelizmente, percebemos que existe uma negligência, pois a segurança pública não está colocada no centro e na prioridade deste governo.

Quantas e quantas vezes foram feitas mobilizações pelos praças, que aqui v.exa muito bem representa, deputado Sargento Amauri Soares, pelas suas famílias, pelos seus familiares, em busca daquilo que foi colocado como prioridade do governo em 2003 e até agora pouco ou quase nada se tem feito! Isso cria insegurança não só às famílias, mas à sociedade como um todo, porque tem que haver condições mínimas para que se possa fazer a prestação do serviço. E nós abordamos isso, deputado, em todas as falas na noite passada, retratando, trazendo presente essa dura realidade enfrentada pelo povo de Santa Catarina.

Eu sei que era desejo de v.exa., deputado Sargento Amauri Soares, apresentar comigo essa idéia de fazer esse debate, essa reflexão, mas como já havia encaminhado, eu, na minha concepção, considere que v.exa. tinha feito parte desse encaminhamento e assinado junto comigo, até pelo seu trabalho, pela sua convicção, enfim, pela sua luta no dia-a-dia para implementar uma segurança digna a todos os cidadãos e cidadãs do nosso estado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Pedro Padre Baldissera.

Eu queria exatamente parabenizá-lo pela iniciativa e agradecer também por mais essa oportunidade que teve a sociedade, a comunidade católica da Grande Florianópolis e do estado de Santa Catarina, dessa importante sessão especial da noite de ontem. A Casa estava completamente lotada, contamos com a presença do arcebispo metropolitano de Florianópolis, dom Murilo Krieger, de diversos padres, irmãs, diáconos e de lideranças comunitárias, que participam no dia-a-dia da Igreja Católica debatendo esse assunto.

O tema da Campanha da Fraternidade, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, deste ano, Fraternidade e Segurança Pública, não poderia ser mais vasto e mais perfeito para nós, trabalhadores da Segurança Pública do estado, neste momento crucial. E o lema A Paz é Fruto da Justiça parece que cai como uma luva, parece que foi inventado por inspiração divina para a realidade de tantos policiais e bombeiros de Santa Catarina, porque se a paz é fruto da justiça, nós podemos concluir que não estamos vivendo em paz na nossa sociedade e tampouco estamos vivendo em paz dentro das instituições militares de Santa Catarina, porque as relações do governo do estado com os trabalhadores da Segurança não são de justiça no tratamento entre os policiais e bombeiros, que deveriam ser todos tratados de forma igualitária, com a mesma forma de justiça. Mas isso não ocorre, como temos trazido para esta Assembléia permanentemente.

Então, quero agradecer a v.exa., à Igreja Católica, à CNBB e a todos os participantes da sessão especial de ontem por essa oportunidade de poder comungar dessas idéias e desse discurso, que é o que nós precisamos para

melhorar a segurança pública de Santa Catarina e melhorar também a vida dos policiais e bombeiros, que estão cansados, angustiados e que, em alguns casos, já quase desesperançados de um porvir diferente daquele que está colocado aqui.

Muito obrigado e parabéns pela iniciativa e pelo seu trabalho nesta Casa.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Quero dizer que fica difícil criar uma cultura de paz, no momento em que se vive uma situação de conflito. É preciso superar a situação de conflito, para que se possa instaurar a cultura da paz. E aí, claro, passa pelo trabalho, sem dúvida alguma, de todos nós. E dentro disso tudo, pena que o tempo é pequeno, foram levantadas várias questões, dentre elas a questão da Defensoria Pública, um tema que nós iremos tratar por diversas vezes nesta Casa, porque o estado de Santa Catarina é o único que não tem isso implantado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo representantes do partido que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TV Assembléia e ouvintes da Rádio Alesc Digital, senhoras e senhores que nos acompanham nesta sessão, tenho alguns pontos para tratar muito rapidamente aqui, na tarde de hoje. Um deles diz respeito às relações internas no Corpo de Bombeiros da cidade de Araranguá. Estamos tendo bastante conflito lá. Por exemplo, o soldado Cleyton e o soldado Itamar foram transferidos há algumas semanas para a cidade de Sombrio, sendo que o soldado Jeremias havia sido transferido anteriormente para a cidade de Forquilha.

Pelo que estamos informados, essas transferências não estão relacionadas com nenhuma necessidade administrativa, nenhuma ordem superior do comando do Corpo de Bombeiros, para se proceder dessa forma. E agora a coisa tem chegado a uma situação tão absurda, que o comandante do Corpo de Bombeiros da cidade, o capitão comandante dos bombeiros, tem ido para as rádios e para a Câmara de Vereadores de Laguna falar mal da vida dos bombeiros que ele transferiu.

Srs. deputados, que situação lamentável está a coisa por lá. E pela informação que recebemos do deputado Manoel Mota, que é da cidade de Araranguá - e ele tem sido procurado para tratar desse assunto -, a responsabilidade tem caído sobre as costas desses companheiros praças do Corpo de Bombeiros.

Assim sendo, nós pedimos ao comando-geral do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, ao coronel Álvaro Maus, que ele dê uma olhada nessas questões do Corpo de Bombeiros de Araranguá, porque não é possível que toda hora, toda semana ou mais que uma vez por semana nós tenhamos que receber uma reclamação de uma situação lamentável dentro da instituição, naquela cidade.

Outro fato que eu queria registrar aconteceu aqui na Assembléia Legislativa, na última sexta-feira, dia 13 de março, no plenarinho, um debate da Frente Única do Transporte Coletivo Contra o Aumento das Tarifas, com a presença do vice-prefeito municipal de Florianópolis e agora

também secretário dos Transportes, o nosso amigo João Batista Nunes.

Esse assunto continua sendo atual aqui na nossa cidade. Como os moradores de Florianópolis têm percebido, os estudantes estão novamente nas ruas manifestando-se por uma política pública de transporte coletivo para a cidade e contra o aumento da tarifa que foi realizado nos meses de verão, durante as férias, parece que aproveitando a ausência dos estudantes nas universidades, nos colégios. Os estudantes estão de volta às ruas há duas semanas e é preciso que as autoridades municipais reflitam sobre essa situação. Estamos em ano de avaliação, de renovação ou não da concessão do transporte coletivo em Florianópolis, e é preciso que a comunidade faça esse debate.

Queremos ressaltar também a legitimidade do movimento dos estudantes pelo transporte público na nossa capital e nas cidades circunvizinhas. Não só os estudantes, como uma série de movimentos populares e sindicais, todo o amplo espectro dos movimentos populares da cidade, estão participando disso. E eu quero registrar a importância da participação do vice-prefeito, agora secretário municipal de Transportes, nesse debate. Aliás, quero parabenizá-lo por ser responsável pelo assunto e por vir aqui debater com o movimento popular. Exemplos como esse precisam ser preservados e multiplicados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL, colegas da imprensa, funcionários desta Casa, catarinenses em geral, quero trazer não somente uma preocupação a esta Casa no dia de hoje, pois nós, do Partido Progressista, queremos trazer também essa preocupação junto com uma proposta. A preocupação, deputado Elizeu Mattos, é com a crise que está aí.

A cidade que eu, o deputado Darci de Matos e o deputado Nilson Gonçalves representamos nesta Casa é eminentemente industrial. Nós estamos assustados porque a Embraco, a maior empresa de compressores do país, anunciou uma redução da carga horária e de salários para manter os funcionários no emprego. A Busscar, deputado Ismael dos Santos, que é uma empresa que produz ônibus, já anunciou um acordo com o sindicato para demitir quase mil pessoas. A WEG, de Jaraguá do Sul, também anuncia uma redução da carga horária e de salário para manter os funcionários. Na nossa região, só nessa pós-crise, quatro mil empregados foram demitidos.

Nós estamos vendo o governo federal tomar algumas medidas para controlar aquilo que chamavam de início de uma marolinha, mas que parece que é um tsunami que está vindo por aí. A ação de reduzir o IPI do carro zero para manter a empregabilidade dos funcionários é uma ação! A ação de estender em maiores quantidades de parcelas o salário desemprego para os trabalhadores demitidos dessas áreas hoje prejudicadas também é uma ação do governo federal. Ou seja, ele está fazendo o seu papel, mas nós, do Partido Progressista, deputado Joares Ponticelli, meu presidente, temos algo mais.

O patrão paga em média 70% a mais em encargos sociais do que o empregado recebe, que são colocados goela abaixo pelo governo. Se o trabalhador ganha R\$ 1 mil, para o patrão ele custa R\$ 1,7 mil. Então, a proposta deste deputado e dos deputados da bancada

progressista é que o governo federal, neste momento de crise, não reduza somente o IPI do carro zero, porque, deputado Darci de Matos, estão vendendo mais carro zero agora, em plena crise, do que antes da crise! E carro zero vendido quer dizer mais problemas nas nossas estradas, porque nós não temos uma infra-estrutura para agüentar tanto carro zero!

Então, o governo está reduzindo IPI do carro zero na desculpa de manter a empregabilidade dos funcionários do setor automobilístico, mas quem está ganhando são as concessionárias! E os prefeitos estão tendo que resolver por si só o sistema de trânsito, porque Joinville já está vivendo um caos.

Ao mesmo tempo em que o governo reduz o IPI do carro zero, ele não dá nenhum subsídio, por exemplo, para o transporte coletivo neste país, que também é onerado e dá o preço, deputada Ada De Luca, lá na passagem do cidadão, que tem que pagar o ônibus para ir e vir, e muitas vezes nem é para trabalhar, mas para procurar emprego.

O que eu estou levantando nessa bandeira, e espero que outros deputados também possam fazer, deputado Nilson Gonçalves, é um pedido ao governo federal, no sentido de reduzir os encargos sociais, para que as empresas que estão dando o seu papel de contribuição nesta crise possam manter os empregados trabalhando, pois para mantê-los trabalhando elas estão reduzindo a carga horária do trabalhador e o seu salário. Então, por que o governo federal, o governo estadual ou até o municipal também não pode reduzir a voracidade na questão dos encargos sociais?

Da mesma forma que foi dada a isenção ou a redução do IPI para o carro zero, poderemos dar redução para os encargos sociais que estão diretamente relacionados com o custo operacional da empresa.

Não é possível, neste momento de crise, nós vemos o governo apenas dando para alguns setores benefícios que estão ajudando, na verdade, os grandes industriais, mas o povo, que está sofrendo a crise, não está recebendo esse benefício.

Srs. deputados, como disse no início do meu pronunciamento, a Busscar vai demitir mil funcionários, a Embraco reduziu 17% dos seus salários e da sua carga horária.

A WEG fala em demissão, a Tupy também não faz diferente, ou seja, nós, que temos lá as nossas grandes empresas, estamos vendo os empresários darem a sua contribuição para essa crise. Mas o governo também tem que fazer o seu papel, reduzindo os encargos sociais. Não é somente acrescentando mais algumas parcelas no salário desemprego.

Eu estou falando aqui de propostas para que possam ser mantidos os empregos, e isso pode ser feito através do governo federal, com a redução dos encargos sociais.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - É bastante oportuno isso que v.exa. levanta, até porque estamos enfrentando em Joinville uma situação bastante interessante.

Temos o problema da recessão mundial, temos os casos da própria Busscar, que está na iminência de demitir funcionários, temos outras empresas diminuindo a carga horária para diminuir salário, e temos a iminência de um aumento de passagem de ônibus no município.

É justamente aquilo que v.exa. falava: se o governo tiver vontade e sentimento social em relação a tudo isso, ele também vai tirar um pouco dessa carga tributária de cima dessas empresas de ônibus ou vai agir de alguma forma para que possa haver o subsídio por parte da prefeitura ou

do governo estadual.

Eu acho muito interessante esse pedido de v.exa. e pode ter certeza de que estarei junto nessas reivindicações.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - O governo não pode dizer que não há receita para isso, porque em plena crise ele fala em aumentar os custos fixos, aumentando a máquina operativa do governo, na qual está criando cada vez mais cargos para que os funcionários públicos possam exercer. Ou seja, num momento de crise, quando todo mundo está enxugando, está ressecando e puxando para baixo, o governo federal fala em aumentar as despesas fixas.

Governo federal, chega de aumentar as despesas fixas. Reduza os encargos sociais, reduza os impostos, principalmente, para que toda a população possa ser beneficiada, mantendo os seus empregos e, conseqüentemente, a dignidade de vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos Democratas.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, desejo inicialmente registrar com pesar o falecimento do sr. Werner Piske, morador antigo do município de Pirabeiraba, grande líder cooperativista e líder comunitário daquele município.

Quero, também, deputado Ismael dos Santos, juntar-me à posição acertada do deputado Kennedy Nunes, quando fala da necessidade urgente de o governo federal reduzir os encargos sociais para as empresas que geram empregos, que contratam.

Isso pode ser feito, deputado Kennedy Nunes, através da reforma tributária que todos querem, que todos desejam e que todos defendem, mas que nunca acontece. E nesta reforma tributária, deputado Kennedy Nunes, poderia acontecer aquilo que v.exa. acabou de falar desta tribuna.

Deputado Padre Pedro Baldissera, o governo federal precisa na reforma tributária penalizar e tributar o capital e a especulação. E aí inclui os banqueiros, o capital especulativo. E precisa ajudar, desonerar, deputado Kennedy Nunes, as empresas que realmente aquecem a economia, que geram empregos, porque é um absurdo os encargos sociais chegarem a 100% do salário dos nossos trabalhadores.

Quero também, sr. presidente, neste espaço do meu partido, falar rapidamente de uma grande mobilização que vai acontecer na sexta-feira, durante o dia, no município de Laguna, com a participação de aposentados e pensionistas de todo o estado de Santa Catarina. Só de Joinville estão indo dois ônibus para o sul do estado, onde os aposentados farão uma manifestação para sensibilizar os deputados federais, o governo federal, a fim de que a Câmara Federal aprove os três projetos de lei de autoria do senador Paulo Paim, que já foram aprovados no Senado: um projeto acaba com o fator previdenciário que corrói o salário dos aposentados, deputado Ismael dos Santos; um projeto que indexa o aumento dos aposentados e pensionistas ao aumento do salário mínimo, e outro projeto que prevê a recuperação salarial dos aposentados e pensionistas.

É um absurdo os aposentados terem que se deslocar quase 1.000 quilômetros para fazer uma manifestação, a fim de que a Câmara Federal aprove projetos dessa natureza, que nada mais prevêem do que dar dignidade àqueles trabalhadores que tanto fizeram por este estado e por este país.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Nessa breve intervenção, deputado Darcy de Matos, que traz esse assunto à baila nesta tarde, quero dizer que todos nós sabemos e a Constituição é muito clara quando diz que cabe ao estado garantir o poder de compra dos aposentados. E o aumento de 5,92% para quem ganha mais de um salário mínimo é realmente vergonhoso.

Entretanto, o que nos preocupa é acompanhar, através do noticiário, que, em sendo aprovado o projeto do senador Paulo Paim, o governo Lula vai vetar.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Deputado Darcy de Matos, acho que devemos acabar com o fator previdenciário, haja vista que o projeto do senador Paulo Paim já foi aprovado no Senado. Agora, devemos dizer à sociedade brasileira que o fator previdenciário foi criado através de lei proposta pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1999.

Acho que essa luta é justa, os aposentados têm que se mobilizar. Não deveria haver a necessidade da mobilização, mas é isso o que acontece; e sem luta, sem mobilização, talvez não cheguemos ao ideal.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado pela lembrança. A verdade é que errou o ex-presidente FHC quando criou o fator previdenciário, e erra o presidente Lula quando anuncia que vai vetar os projetos aprovados.

Srs. parlamentares, os nossos idosos, que estão na terceira ou na quarta idade, encontram-se numa fase da vida em que mais precisam de recursos, a fim de poderem ter uma alimentação balanceada, a fim de poderem comprar remédios e assim por diante.

Então, temos que fazer uma verdadeira cruzada em Santa Catarina e no Brasil para sensibilizar a Câmara dos Deputados e para sensibilizar, sobretudo, o presidente Lula, que é um trabalhador e que sempre defendeu os trabalhadores, no sentido de que o governo federal não venha a vetar os projetos que porventura venham a ser aprovados pela Câmara Federal.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ouço o nobre líder do PMDB.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizá-lo pelo tema, deputado Darcy de Matos, excelente parlamentar de Joinville, que faz na Assembléia Legislativa um trabalho de representação do planalto norte do estado.

Realmente, deputado, os aposentados sempre foram os grandes prejudicados pela Previdência Social. Eu espero que o governo mude a maneira de agir com os aposentados, fazendo com que tenham direito à aposentadoria completa.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Eu quero, rapidamente, elogiar o Curso de Tecnologia de Desenvolvimento Regional que o governador Luiz Henrique da Silveira criou em todas as SDRs do estado. Na semana passada, participei da formatura de uma turma em Joinville e esse curso vem fortalecer a tese da descentralização do governo do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de anunciar que hoje, na reunião da bancada do PMDB, por unanimidade, foi indicado o nome do deputado Herneus de Nadal para assumir a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas, uma vez que a vaga se encontra aberta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Temos plena convicção de que o deputado Herneus de Nadal, que sempre desempenhou nesta Casa um papel exemplar, estará representando bem o povo catarinense no Tribunal de Contas. Parabéns ao PMDB por essa indicação.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0094/2009, de autoria do deputado Jailson Lima; 0095/2009, 0096/2009, 0097/2009 e 0098/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0099/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0100/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 0101/2009, de autoria do deputado Darcy de Matos; 0102/2009 e 0104/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0105/2009, de autoria do deputado Reno Caramori...

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, insistentemente temos nos manifestado e, através das prerrogativas do parlamentar, temos feito as nossas indicações, fruto da constatação, fruto da verificação *in loco* da situação em que se encontram as rodovias no interior de Santa Catarina, principalmente as rodovias estaduais.

A SC-302 é uma rodovia há pouco tempo inaugurada, que corta os municípios de Porto União, Matos Costa, Calmon e Caçador. Hoje, quem transita por essa rodovia tem a impressão de que está abandonada, já que as sarjetas estão totalmente cobertas pela terra que desce dos barrancos, porque a vegetação também não existe. A sinalização horizontal e vertical também é totalmente deficiente, o mato está tomando conta da pista, além dos defeitos na pista, pois não são mais buracos, srs. deputados, são crateras. As borracharias estão faturando bem. E os donos são meus amigos. Mas o que queremos é que realmente todos consigam sobreviver.

Os caminhões que por lá transitam não são fiscalizados, pois falta uma balança móvel. E temos insistido com o atual governo para que instale temporariamente balanças móveis, a fim de coordenar o transporte, verificar o peso das cargas dos caminhões que hoje utilizam essas rodovias. É um verdadeiro absurdo, uma irresponsabilidade!

As empresas estão adotando um critério, ou seja, só se paga o frete quando está dentro do peso, conforme mais ou menos o equacionado pelo fabricante do veículo. Mas nós temos lá pessoas desorientadas que carregam pinus, que carregam areia, e o excesso de peso está acabando com a SC-302, principalmente no trecho de Matos Costa até Porto União.

Da mesma forma, temos a SC-455, que liga os municípios de Tangará, Ibiá e Campos Novos. Passamos lá neste fim de semana e vimos que é lastimável também a situação daquela rodovia, pois não há mais sinalização. Agora vem o inverno e aquele é um local de muita neblina; sendo assim, os acidentes são frequentes. É uma rodovia de pouco acostamento, ou nada, mas se

ela tiver as suas margens roçadas, uma sinalização vertical e horizontal adequada e visível, evitaremos, sim, eu tenho certeza, os acidentes.

São rodovias onde trafegam bastantes máquinas agrícolas que saem das lavouras; são rodovias de tráfego de carros, de caminhões, pois é uma região essencialmente agrícola. Lá temos, inclusive, carros de boi. Mas se tivermos uma boa sinalização, teremos a orientação dos motoristas quanto à não-permissão de ultrapassagem quando houver linha contínua, teremos a orientação do motorista quanto às curvas, enfim, teremos um motorista orientado, pois com neblina o motorista se baseia pela faixa de sinalização, porque a pista praticamente não dá para enxergar.

Por isso, fazemos mais uma vez essas indicações e temos outras tantas. Eu gostaria que, aproveitando essas duas rodovias, o governo observasse a rodovia Tangará/Ibicaré, que está uma lástima. Se não tivermos todo o cuidado, não há como transitar sem arrebentar os pneus.

Mais uma vez fazemos esse apelo ao governo, porque pelas secretarias de Desenvolvimento Regional acho que não resolve. Inclusive, acho que o departamento que tem essa responsabilidade, na SDR da minha região, não está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas as Indicações n.s.: 0106/2009, 0107/2009, 0108/2009, 0109/2009, 0110/2009, 0111/2009 e 0112/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0113/2009, de autoria do deputado Sílvio Dreveck; 0114/2009 e 0115/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0116/2009 e 0117/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Florianópolis, pedindo a criação da Casa da Cidadania.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Academia de Polícia Civil do estado de Santa Catarina, cumprimentando-o pela formatura dos 317 novos policiais.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Catanduvas, Campo Alegre e Gaspar, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Anchieta e Jardinópolis, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Ipuacu, Vargem Bonita, Rodeio, Campos Novos, Catanduvas, Arabutã e Indaial, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Darcy de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Indústria Voigt Alimentos, cumprimentando-o pela instalação de uma unidade de processamento no município de Joinville.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado

Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica a Brasil Telecom, pedindo a instalação de um telefone público no KM-109 da Rodovia SC-301, divisa com o município de Joinville e Campo Alegre.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado e ao secretário da Educação, agradecendo a liberação dos convênios referentes ao art. 170, destinados às entidades de ensino superior da região da Amfri.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, solicitando o cronograma para contratação do projeto para a duplicação da rodovia BR-470, trecho entre os municípios de Navegantes e Indaial.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado e ao presidente da Casan, cumprimentando-os pela entrega de ordens de serviço para a elaboração de projetos de sistemas de esgotamento sanitário.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor administrativo financeiro da Portonave S.A. de Navegantes, cumprimentando-o pela certificação ISO 9001.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos formandos dos cursos de Letras, Português - Inglês, da Unisul de Araranguá, cumprimentando-os pela colação de grau.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor e ao vice-reitor da Unisul de Tubarão, cumprimentando-os pela posse no cargo daquela instituição de ensino.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos formandos dos cursos de Educação Física e Esportes, Matemática, Comunicação Social, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, da Unisul de Tubarão, cumprimentando-os pela colação de grau.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Campo Alegre, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor do Hospital Tereza Ramos, no município de Lages, cumprimentando-o pelos serviços prestados ao povo lageano.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor e ao vice-reitor da Unisul, cumprimentando-os pela posse nos respectivos cargos.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Infelizmente, na quinta-feira, não vou poder estar

presente, mas quero antecipar meus cumprimentos ao professor Ailton Nazareno e ao professor Salésio Herdt, que vão assumir respectivamente os mandatos de reitor e vice-reitor na nossa universidade.

V.Exa. conhece os dois e sabe da relação histórica, dos relevantes serviços prestados que ambos têm na nossa instituição, na nossa Unisul, e temos certeza de que a gestão de ambos será coroada de pleno êxito e de que a nossa Unisul continuará orgulhando não só Tubarão, mas toda Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Muito bem, deputado Joares Ponticelli, esse também é o desejo desta Presidência.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao secretário de Desenvolvimento, cumprimentando-o pelo lançamento e adesão do edital de chamamento para a seleção de municípios com população inferior a 10.000 habitantes, que recebem apoio para elaboração de seus planos municipais de saneamento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado, cumprimentando-o pela destinação de recursos financeiros destinados à drenagem e à recuperação dos estragos ocasionados pelas fortes chuvas no município de Joinville.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, cumprimentando-o pelo trabalho eficiente e preventivo no combate à criminalidade no estado.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da República, ao ministro de Minas e Energia, ao ministro do Planejamento e ao presidente da Petrobras, pedindo a revisão de preços do óleo diesel.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretora da Escola Jorge Lacerda, no município de Joinville, cumprimentando-a pelo aniversário de fundação daquela escola.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Bombinhas, Indaial e Campo Alegre, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Campo Alegre, cumprimentando-o pelo sucesso da 11ª Festa da Ovelha.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Canoinhas, cumprimentando-o pelo sucesso da 4ª Festa do Agronegócio do Planalto Norte.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor e vice-reitor da Unisul, cumprimentando-os pela posse nos respectivos cargos.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima e outros srs. deputados, que solicita a apreciação pelo Plenário desta Casa do parecer proferido pela comissão de Constituição e

Justiça ao Projeto de Lei n. 0036/2008, que dispõe sobre a utilização do papel reciclado na administração pública estadual, por entender que a matéria não é idêntica ao Projeto de Lei n. 0051/2007, de autoria do deputado Professor Grandó.

Assinado também pelo deputado Narcizo Parisotto, pela deputada Professora Odete de Jesus, pelo deputado Sargento Amauri Soares e pelo deputado Ismael dos Santos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do sr. deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, pedindo estudos no sentido de oferecer aos pais a opção de adotar o município onde residem como de naturalidade dos recém-nascidos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Da mesma forma como da indicação anterior, essa moção tem o mesmo conteúdo, mas será enviada naturalmente a instituições diferentes, aqui no caso será enviada ao Fórum Parlamentar Catarinense, Congresso Nacional, e pede também para que as crianças sejam registradas como tendo nascido no município onde residem os pais e não no município onde efetivamente nasceram. É aquela mesma questão, ou seja, na maioria das cidades catarinenses não tem nascido quase ninguém, a não ser que a criança nasça no domicílio dos pais. Se nasce na maternidade vizinha e no dia seguinte vem para casa, a criança já fica registrada como tendo nascido em outra cidade.

Então, por uma questão de justiça, pedimos que se estabelecesse isso em lei, e o que vale é a residência dos pais e não onde efetivamente nasceu a criança.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Estão feitas as considerações.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Com a aquiescência do autor, peço para subscrever essa moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O deputado Rogério Mendonça não terá nenhum tipo de dificuldade em aquiescer.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao presidente da República, ao ministro do Supremo Tribunal Federal, ao presidente da Câmara dos Deputados, ao presidente do Senado federal e aos líderes de partidos políticos no Congresso, pedindo providências para que os acontecimentos do dia 31 de março de 1964 nunca mais se repitam no estado brasileiro.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu só gostaria de subscrever junto com a deputada Ana Paula Lima essa moção que julgo de grande interesse para a sociedade brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Fica também a solicitação do deputado Sargento Amauri Soares para subscrever a moção de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, aos secretários de estado e ao diretor da Defesa Civil, solicitando informações sobre os repasses financeiros específicos para o município de Jaraguá do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando informações sobre a transferência de subordinação da unidade da Celesc de Lauro Müller e Tubarão para a Regional de Criciúma.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para discutir, o autor da matéria, deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, cerca de um ano atrás, deputada Ada De Luca, vazou pela primeira vez na região de Tubarão a notícia de que havia um movimento para transferir a subordinação do município de Lauro Müller para a Regional de Criciúma.

Na época, deputado Sílvio Dreveck, o próprio presidente da empresa, o nosso governador bem aposentado, Eduardo Pinho Moreira, esteve nas rádios e na empresa de Tubarão negando com veemência, dizendo que isso não existia, que era intriga da Oposição. Foi na ocasião que ele me chamou de fofoqueiro. Disse que o deputado Joares Ponticelli era intrigueteiro e fofoqueiro, que o município de Lauro Müller continuaria subordinado à Regional, à Celesc de Tubarão e não passaria à de Criciúma.

Na semana passada fomos surpreendidos com a decisão: a Celesc de Lauro Müller foi transferida para a Regional de Criciúma, deputada Ada De Luca. Com isso a nossa região, a região de Tubarão, vai perder não menos que R\$ 3 milhões/mês.

Falo da indignação dos servidores, dos funcionários da Celesc de Tubarão, da comunidade que assiste mais uma vez ao enfraquecimento da nossa região numa ação que é comandada por alguém que cada vez deixa mais claro que não gosta de Tubarão, que não gosta da nossa região. E o que é pior, deputado Giancarlo Tomelin e deputado Marcos Vieira, comenta-se

agora que o segundo passo, depois de Lauro Müller, será em Orleans, em que também será transferida para a Regional de Laguna.

Venho, mais uma vez, comprovar que há deliberadamente por parte do dr. Eduardo Pinho Moreira, que é quem continua comandando a Celesc... Não me venham com esse negócio de que ele comanda a *holding* e não sei o quê. Quem manda lá dentro é ele! Ele, o Sitônio e companhia limitada. Quem continua comandando é ele! Está cada vez mais chefoão da Celesc!

Allás, boas notícias não temos recebido da Celesc! Há muitas coisas que precisam ser explicadas! E acho que esta Casa tem que começar a discutir o porquê da mudança da visão da empresa. Foi suprimido o termo empresa pública, na nova visão da Celesc. V.Exa. sabia disso, deputado Sargento Amauri Soares? Não sabia, não é?! Não sabia!

Acho que do jeito que as coisas andam por lá teremos por pouco tempo a Celesc como empresa pública. As notícias de lá não são boas! Mas vamos debater isso num outro momento até porque estamos reunindo uma série de notícias, de denúncias, de informações que estão chegando acerca dos desmandos na nossa Celesc, patrocinados especialmente pelo dr. Eduardo Pinho Moreira e pelos seus, que continuam mandando com muito vigor na Celesc, mesmo com a criação dessa tal de *holding*. A nossa região não se conforma em ver mais uma vez a comprovação do ódio do dr. Eduardo Moreira pela nossa cidade e pela nossa região.

Repito, quando levantei essa preocupação há um ano, ele, de forma muito agressiva, foi para a imprensa da região para tentar desqualificar aquela preocupação que trazíamos. Eu não sei se isso é em função do desmonte das Regionais da Celesc que, pelo que se comenta, várias serão fechadas. E estamos num processo de perda da nossa Regional, parece-me que é o caminho, deputada Ada De Luca, e por isso nós estamos apresentando esse pedido de informação. Espero que o dr. Eduardo Pinho Moreira não parta para a agressividade novamente, e que responda para a nossa comunidade as razões que fizeram com que a Celesc transferisse o município de Lauro Müller para a Regional de Criciúma, e que também nos antecipe e tranquilize-nos com relação à manutenção de Orleans subordinada à nossa Regional.

Vamos aguardar, portanto, essa resposta oficial, até porque depois dela queremos complementar as palavras e trazer para cá as manifestações agressivas, feitas à época, pelo governador bem aposentado Eduardo Pinho Moreira, quando trouxemos essa preocupação.

Sr. presidente, espero que essa resposta venha para esta Casa, e que não seja daquela maneira malcriada e desrespeitosa, dizendo que se quiséssemos as informações, teríamos que nos dirigir à empresa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, esta Presidência quer fazer o seguinte comunicado: recebemos do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina o Ofício TC/GAP - 1945/2009.

(Passa a ler.)

"Sr. Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para informar-lhe da vacância de cargo

de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em razão da aposentadoria do Conselheiro Moacir Bertoli, conforme Portaria TC-0107/2009, em anexo, publicada no Diário Oficial Eletrônico n. 211, de 13 de março de 2009, página 5.

O preenchimento desta vaga, por ser a primeira, está reservada a escolha da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos termos do inciso I, do § 3º, do art. 61 da Constituição do Estado.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

(a) Conselheiro José Carlos Pacheco Presidente "[sic]

Srs. deputados, fica consignada a leitura da comunicação em plenário. Encaminho à primeira secretaria desta Casa para tomar as providências cabíveis e legais, conforme determina o nosso Regimento Interno.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de ratificar a posição da bancada do PMDB na reunião de hoje, indicando para o cargo de conselheiro do estado de Santa Catarina o eminente deputado Herneus de Nadal. A bancada, por unanimidade, recebeu a indicação do deputado Herneus de Nadal, e confirmou a sua indicação para o Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Não há mais matéria constante na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, acompanhei hoje o pronunciamento do deputado Kennedy Nunes, que representa a região de Joinville, e quero, meu líder, deputado Antônio Aguiar, dizer que, na linha de raciocínio do deputado Kennedy Nunes, em que defende o incentivo do estado, deixando de lado, às vezes, aquilo que só se arrecada, mas que o estado incentive e proteja o emprego do cidadão... Isso ele defendeu hoje aqui e eu concordo plenamente com o discurso do nosso colega. Na verdade, mais vale o emprego do que a ganância de arrecadar. Tenho certeza de que v.exa. pensa igualmente, assim como também pensa o governador Luiz Henrique da Silveira.

Mas, aqui, deputado Antônio Aguiar, líder do PSDB, deputado Serafim Venzon, líder do PDT, deputado Sargento Amauri Soares, acho que a bancada do PP deve começar a conversar entre si, eles têm que unificar o discurso da sua bancada porque senão, daqui a pouco, o que escutaremos aqui vai parecer o samba do crioulo doido, pois um membro da bancada diz que tem que dar incentivo, que o estado tem que renunciar para manter o emprego, a empresa em pé, mas outro integrante da bancada não acha isso. Nós escutamos sempre aqui que o governador Luiz Henrique abre mão da receita para dar incentivo às empresas, e nós somos bombardeados toda semana pelos incentivos que o governador dá para que as empresas se instalem no nosso estado, para que elas aumentem seu quadro de funcionários e não demitam.

Então, vai um alerta aqui à bancada do Partido Progressista: eles têm que unificar o discurso, começar a conversar entre si, porque daqui a pouco nós não saberemos mais qual é o encaminhamento e qual é o discurso da bancada! Já estou ficando confuso aqui, deputado Antônio Aguiar. Quando o governador Luiz Henrique dá o incentivo, é renúncia de receita, mas quando há uma empresa que precisa de incentivo, o discurso muda e não é mais renúncia de receita!

Solicito ao nobre líder da bancada do PP que unifique o discurso para que possamos nos orientar sobre a posição da bancada, até para defendermos a posição de um deputado ou da bancada, e eu não sei qual é a posição! Com certeza, a posição da bancada é aquela que o governador Luiz Henrique tem feito. O mais importante é o emprego, são as empresas estarem vivas, do que a vontade e a ganância de arrecadar. Só queria fazer esse comentário no início do meu pronunciamento.

Hoje não vou falar sobre o que falei na semana passada, com relação à escuta telefônica, deputado José Natal, nem sobre processos - e querem cassar todo mundo aqui no estado, é o prefeito, é o governador Luiz Henrique. Vou falar somente sobre o que aconteceu na serra, neste final de semana, na presença do nosso governador Luiz Henrique.

Mas antes de começar a falar sobre isso, deputado Sargento Amauri Soares e deputado Sílvio Dreveck, gostaria de citar um ditado árabe, deputada Ada De Luca, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Não importa o latido dos cães, não importa o barulho que façam, a caravana segue seu caminho... Segue seu rumo mais fortalecida, mais coesa, deixando cada vez mais longe o barulho dos cães..."

O governador Luiz Henrique da Silveira esteve esta semana na nossa região e em alguns municípios o deputado José Natal esteve junto. Estivemos sábado em Urupema, um município pequeno, inaugurando uma verdadeira unidade de saúde com o apoio do governador Luiz Henrique da Silveira, e participamos de vários atos do governo no qual fomos recebidos pelo prefeito Amarildo Gaio e pela população que, independentemente sigla partidária, compareceu para agradecer ao governador. E temos até algumas imagens que gostaríamos de mostrar sobre a abertura da colheita da maçã; sobre a inauguração de uma unidade de saúde fantástica, deputada Ada De Luca, com recursos do governo do estado; sobre a assinatura de convênios para compra de balança para pesagem de caminhões e para a construção de casas.

Estivemos em Urubici com os deputados José Natal e Rogério Mendonça, e quem viu a recepção do povo de Urubici ao governador Luiz Henrique percebeu que foi uma coisa fantástica! O povo o recebeu querendo tirar fotos e o governador não conseguia nem chegar ao palanque para fazer a abertura da festa. O deputado José Natal está aí e pode confirmar o que estou dizendo. Lá ele passou recursos para a Festa da Colheita e inauguramos outra etapa da avenida Victor Konder, com recursos do estado. O governador foi recebido pelo prefeito Adilson Jorge Costa e foi uma verdadeira festa, tanto que nós também não conseguimos sair daquele município.

Saimos de Urubici e fomos a Lages, deputado Joares Ponticelli, e lá fomos recebidos pelo prefeito Renato Nunes de Oliveira, o Renatinho, que é do PP. Ele recebeu o governador agradecendo as ações do governo do estado para aquele município. O prefeito nos recebeu, assinamos o convênio para a revitalização de uma das principais ruas da cidade de Lages, que chega quase a R\$ 2 milhões. E o mais importante, deputado Antônio Aguiar, meu líder, foi que no hospital de Lages, as Unidades R7, R8, e agora inauguramos a R9, que atendem o SUS, foram totalmente reformadas, recuperadas com os recursos do governo do estado, que só neste hospital já ultrapassam a R\$ 4 milhões de recursos do governador Luiz Henrique.

São tantas coisas acontecendo que quando nós abrimos os blogs, lemos notas de agradecimento da passagem do governador Luiz Henrique pela região.

No mesmo final da tarde, fomos a Ponte Alta, onde houve um tufão, um grande vendaval, uma catástrofe, e o governador não mandou assessores, deputado José Natal, ele esteve pessoalmente dizendo o que tínhamos que fazer e como ajudar o povo da nossa querida Ponte Alta.

E faço questão de relatar e mostrar aqui o que está acontecendo pelo estado de Santa Catarina. Porque há pessoas aqui que só querem mostrar o pior e ficam torcendo para as coisas ficarem ruins. Não interessa a eles se o povo está ganhando ou perdendo; o que interessa é alcançar algum lugar, mas falando mal de alguém. Não é isso! Temos é que falar bem daqueles que fazem o bem para a sua gente. E o povo serrano sabe reconhecer isso.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Falei há pouco, quando o deputado Giancarlo Tomelin estava na tribuna, que a missão do homem público é realmente trabalhar muito pela sociedade, porque o povo paga cada vez mais tributos, e com muito sacrifício.

Mas eu quero dizer a v.exa. que estava em Urubici. Fui para lá no sábado de manhã, onde fiquei até domingo para a festa na qual o governador foi recepcionado. Eu e v.exa. estávamos presentes na inauguração do asfalto. Porém, quero falar sobre os comentários que ouvi em Urubici, no domingo da inauguração de um grande posto de saúde da cidade de Urupema - e algumas pessoas estavam falando que até parecia um minihospital. Eu quero testemunhar o que foi falado para mim por pessoas ligadas ao meu partido, o PSDB, pois tivemos um candidato lá em Urupema, o nosso amigo Elias, que disse que temos que realmente enaltecer as ações do governo.

Só quero saber por que a minha foto foi cortada! Acho que foi v.exa., pois eu estava na foto batida lá em Urubici e agora não estou mais. O que é que houve?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputado José Natal, se eu não me engano, eu apareço em uma foto lá de Lages. Em Urubici também não apareci na foto. Mas o que acho mais importante é a sua presença, pois v.exa. estava lá com sua esposa, prestigiando a grande Festa das Hortaliças lá na nossa querida Urubici, na serra catarinense.

Mas eu quero aqui fazer justiça, como representante da serra catarinense, a tudo o que Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan têm feito pela nossa serra. E faço este agradecimento em nome do povo serrano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, é com muita satisfação que registro a presença, nesta Casa, do sr. Leno, que é o diretor-presidente do jornal *Diário do Iguacu*, da cidade de Chapecó. Esse jornal, no dia 27, estará completando 12 anos de circulação e de boa informação. Parabéns a todo oeste de Santa Catarina, terra do nosso vice-presidente Gelson Merísio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feito o registro, o próximo orador inscrito, em Explicação Pessoal, é o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, eu vou abordar

outro assunto, mas com relação às fotos do governador, deputado Sílvio Dreveck, lá em Braço do Norte, no dia 28 de fevereiro, sábado da eleição, o governador, que estava hospedado em Gravatal, passou os últimos dois dias fazendo campanha; no sábado de manhã montaram um estúdio de fotografia na casa da candidata e os carros da candidata transportavam cidadãos, naturalmente peemedebistas, para tirar fotografia com o governador. Era um entra e sai de cabos eleitorais para tirar fotografia com o governador!

É claro que aquilo impactava. E nós pensamos: isso vai produzir votos e a candidata do governador vai ganhar a eleição. Mas quando abrimos as urnas no domingo, deputado Elizeu Mattos, o nosso candidato venceu com 606 votos de diferença.

Então, vejam que nem sempre tirar fotos com o governador significa que ele esteja tão bem assim. Em Braço do Norte, os carros de campanha da candidata Zelene transportavam eleitores do morro, da baixada, do centro, da periferia e das comunidades. E dá-lhe fotos e nada de votos! No voto, o Vânio Uliano ganhou, e ganhou bem, com 606 votos de diferença, tanto que ontem fizemos uma bela festa de posse. E inclusive estava lá o prefeito José Roberto Martins, secretário-geral do PSDB de Santa Catarina, e o presidente da Amurel, participando com toda a tucanada de Braço do Norte, pois o PSDB também foi decisivo e extremamente importante para aquela vitória consagrada no município de Braço do Norte.

Portanto, os nossos agradecimentos, mais uma vez, ao PSDB, ao PR e ao PT, que nos ofereceu o vice, Valberto. Foi uma bela festa de posse, ontem, do nosso companheiro Vânio, que iniciará a administração de Braço do Norte.

Por falar nisso, amanhã voltarei a abordar o assunto de Braço do Norte, porque o nosso adversário parece que ainda não assimilou a derrota, deputado Sargento Amauri Soares. O ex-prefeito Ademir Matos, marido da candidata derrotada, tem feito grande esforço para tumultuar o processo, fazendo pressão, tentando coagir pessoas a irem à delegacia dizer que tiveram votos comprados, que fizeram oferta em troca de votos. Eles ainda não assimilaram a derrota, é claro, ainda mais com aquele aparato político todo que apresentaram, com o governador pessoalmente comandando a eleição, tirando fotografia e sofrendo uma acachapante derrota lá no município de Braço do Norte.

Mas o assunto que trago agora - e quero chamar a atenção de v.exas., notadamente da deputada Ada De Luca, com quem abordei rapidamente o tema - é ainda acerca da matéria do *bullying*, do qual trata aquele projeto de lei que apresentamos e que v.exas., por unanimidade, ajudaram-nos a aprovar no ano passado, uma matéria que cada vez mais ganha repercussão nacional.

Peço a nossa assessoria que rode a matéria veiculada em rede nacional. Amanhã traremos outras matérias para que possamos popularizar mais a discussão sobre esse tema.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Srs. deputados, é aquilo que eu tenho dito sempre que me refiro a essa matéria: o *bullying* é um termo novo, é um nome novo de um problema velho.

Quem não se lembra da época de escola dos apelidos pejorativos, chamados de brincadeira de criança e que ajudaram, deputada Ada De Luca, a elevar os índices de evasão escolar, porque a criança introvertida que é chateada, que é vítima do *bullying*, que é maltratada pelos colegas, dificilmente revela o fato para a família ou para o próprio professor.

Isso acaba gerando traumas que depois na adolescência, na juventude podem tornar essa pessoa violenta e praticar excessos, como já ocorreram em escolas onde adultos

voltam depois de anos para promover verdadeiros massacres contra as crianças da época, ou então fazer com que o rendimento escolar caia, provoque evasão escolar. Enfim, as consequências maléficas desse fenômeno são muitas e estudos da professora Cléo Fante demonstram, deputado José Natal, que aproximadamente 45% das crianças da rede pública e particular no Brasil são vítimas diárias do *bullying* escolar.

Portanto, é um problema que nós precisamos discutir. Esta Assembléia aprovou a lei no ano passado, o estado de São Paulo também já tem a lei, está distribuindo essa cartilha agora e nós precisamos debater e popularizar essa discussão, para que possamos colir esse tipo de violência silenciosa que diariamente acontece nas escolas do Brasil.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Joares Ponticelli, parabéns. Essa campanha não é silenciosa, é um fato que eu mesma fui vítima. Sempre tive fama de braba, mas não era. É que na infância, chamavam-me de Ada dentuça. Então, eu não ria e custei muito para superar isso. Eu não sorria, por isso me chamavam de braba, o que eu não era. Isso tocou profundamente lá atrás na minha vida. Eu custei muito para superar, mas consegui.

Muitas crianças sofriam caladas. Hoje em dia já é mais comum a criança se abrir, contar para a professora, falar com o pai, falar com o tio. Agora, na minha época, era assim, a gente sofria calada.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputada Ada De Luca.

Temos mais um depoimento importante de uma colega nossa, que foi vítima. Cada um de nós tem uma história ou vivida conosco ou com algum familiar ou com algum conhecido.

Repito: os efeitos são os mais diversos. O que nós queremos agora com essa lei é discutir esse tema, criar uma política estadual de combate, envolver a comunidade escolar, os professores, o conselho deliberativo, a APP, a comunidade escolar como um todo, o próprio aluno, como ouvimos o depoimento de uma criança que disse: eu sempre apelidava. E os apelidos pegam quando o outro não gosta! Quando nitidamente ele faz mal, aí é que o apelido vinga, como se diz.

Então, nós precisamos começar a debater esse tema, popularizá-lo, porque o *bullying* continua provocando muitas vítimas nas nossas escolas e, como estamos vendo, no Brasil inteiro.

Por isso espero que amanhã possamos continuar esse debate.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio

Digital Alesc, eu queria noticiar aqui e repercutir a assembléia geral dos praças realizada no dia 12 de março, na última quinta-feira, no começo da tarde, aqui na capital. E apesar do sobreaviso em todas as cidades de Santa Catarina, apesar de os policiais e bombeiros militares de ativa serem proibidos de sair da cidade, apesar da prontidão, da escala para irem para o quartel, foi importante a assembléia geral para todos os policiais militares da Grande Florianópolis, a qual contou com dezenas de praças, evidentemente que a maioria da reserva remunerada.

A assembléia aqui decidiu algumas coisas importantes, dentre elas que os praças e o movimento das esposas de familiares de praças vão continuar com a vigília, pelo menos até o começo de abril, quando a diretoria se reunirá para discutir se continuam com essa tática ou se mudam de tática, criando-se uma nova tática de luta para a continuidade das nossas demandas.

Quero ressaltar aqui a importância, a força, a generosidade, a capacidade de sacrifício, a capacidade de autodisciplina do nosso povo, que não se verga diante das maiores dificuldades que tem sido acometido.

Naquele mesmo dia, logo depois da assembléia, foi realizado o ato nacional contra a criminalização dos movimentos sociais em solidariedade à Aprasc. Apesar de toda a chuva que caiu, a partir das 16h30 da última quinta-feira, aqui na capital, cerca de 2.000 pessoas caminharam daqui da praça Tancredo Neves até a praça dos Bombeiros, em frente ao quartel do comando-geral da Polícia Militar, nesse ato de solidariedade ao nosso movimento à luta da nossa categoria contra a criminalização, contra as punições, contra a inquisição e contra as perseguições dentro dos quartéis da Polícia Militar.

Mais de 50 entidades sindicais, movimentos sociais, entidades estudantis, partidos políticos do espectro popular participaram do ato e da construção desse ato. Nem vou ler aqui todas as entidades, porque senão gastaria todo o meu pronunciamento apenas para citar as entidades que participaram e ajudaram a construir esse ato.

Então, queremos agradecer, de forma emocionada, a solidariedade da classe trabalhadora, a solidariedade dos movimentos sociais e dos setores populares da nossa sociedade com relação a essas lutas e a essas demandas que nós temos tocado. Gente que se solidariza, que se sensibiliza pela situação a qual estamos submetidos.

Temos 19 companheiros no Conselho de Disciplina e provavelmente chegaremos a 500 praças alvos de inquérito policial militar e enquadrados em processo administrativo disciplinar, por reivindicarem melhores condições de trabalho, melhores condições de salário e dignidade para os trabalhadores da Segurança Pública em Santa Catarina.

Têm sido muito duras as relações do estado e das instituições do estado com respeito à nossa gente, ao nosso movimento. Digo isso porque é uma realidade sentida todos os dias na carne por aquelas centenas de pessoas que estão tocando esses seis acampamentos de vigília no estado e estão sendo inquiridas, estão sendo observadas, estão sendo perseguidas, admoestadas, estão sendo coagidas, a nosso ver, em muitos casos, de forma arbitrária porque reivindicaram

aquilo que estava na lei, na Lei n. 254.

Mas quero ainda voltar ao debate que esquentou este plenário na semana passada e a minha intenção não é esquentar o plenário. A minha intenção é discutir uma questão que para nós, militares de Santa Catarina, é crucial. O áudio que apresentamos aqui, na semana passada, não tem qualquer interesse político-eleitoral. Se outra autoridade tivesse feito a mesma coisa para pedir voto para o outro candidato, nós também apresentaríamos aqui, a partir do momento que tivéssemos conhecimento desse assunto.

Nós não temos nenhuma intenção político-eleitoral nesse debate, a nossa intenção é tão-somente mostrar como são as relações no interior da caserna catarinense. Aos praças é proibido colocar um adesivo da Aprasc no pára-choque do carro particular. Já as autoridades se dão ao direito de coagir praças e efetivos militares, de criar uma escala especial para que os praças se reúnam na sala do comandante de um batalhão para ouvir o discurso do próprio comandante do batalhão pedindo voto para candidato.

E nós não aceitamos, e isso eu gostaria de registrar aqui, algumas insinuações que aconteceram aqui também dizendo que o deputado Sargento Amauri Soares ganhou aqueles 40 mil votos sem pedir. Nenhuma vez, da forma como o coronel Newton fez. Nenhuma vez reunindo efetivo militar sob escala dentro de um quartel. Ah, se nós fizéssemos 10% daquilo que foi feito pelo coronel Newton, a minha candidatura seria cassada e quem fez seria preso imediatamente. Como tantas vezes já aconteceu em episódios muito mais simples! Houve até escala para ir para o quartel ou permanecer no quartel para ouvir aquele discurso.

Felizmente, o promotor da Justiça Militar, dr. Sidnei Eloi Dalabrida, abriu procedimento para investigar os fatos. E nós torcemos e agradecemos para que no desfecho a verdade prevaleça, porque não foi só uma praça que gravou aquele discurso, foram vários que se sentiram coagidos a ir ou a permanecer no quartel para ouvir aquilo que gravaram, porque foram coagidos a participar de um ato ilegal! E dizer que eles cometeram um crime é criminalizar a vítima. Então, é preciso ser observado esse elemento na análise desses fatos.

Mas no dia 13 de março, na última sexta-feira, na página 6 do *Diário Catarinense*, o tenente-coronel Newton, para justificar a sua atitude, admite, primeiro, que houve a reunião no quartel, mas diz que foi procurado por um grupo de praças que queria que ele fosse candidato a vereador. Essa informação não procede com a verdade. Não pode ser, porque se fosse para ele ser candidato a vereador, a reunião teria que ter acontecido no mínimo três meses antes da eleição, na época das convenções. E a reunião aconteceu na última semana do segundo turno, faltavam alguns dias para a votação no segundo turno.

Portanto, se os praças foram lá falar com o coronel Newton para ele ser candidato a vereador, só se for na eleição de 2012, porque aquela já havia passado o tempo para discutir candidatura a vereador.

E a emenda do tenente-coronel Newton ficou pior do que o soneto, porque escutem, deputados, o que ele justifica, o que ele alega para que este deputado tenha trazido aquele áudio para cá:

(Passa a ler.)

"O deputado (Amauri) Soares me odeia, porque eu combato os movimentos sociais de Florianópolis".

A emenda ficou muito pior do que o soneto. Primeiro, eu não odeio ele. Há até aspectos do jeito dele que me agradam, da forma de ele trabalhar. Segundo, ele não pode dizer que combate os movimentos sociais! Ele é um funcionário público. Como é que ele vai dizer que alguém o odeia porque combate os movimentos sociais?! Isso aqui é uma República. Ele tem que ler a Constituição de 1988!

Essa declaração aqui é suficiente, no nosso entender, para que ele não comande mais o 4º Batalhão, porque ele diz que a minha indisposição com ele é porque combate os movimentos sociais. Os movimentos sociais fazem parte dessa sociedade democrática de direito! *A priori*, ele sai de casa para combater os movimentos sociais ou para exercer a sua função de comandante do 4º Batalhão, uma função pública que deve ser tratada...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ada De Luca, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, colegas deste Parlamento, público que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital, antes de começar a minha fala eu queria participar a todos que ouvem a rádio da Assembléia e assistem à TVAL, principalmente da região sul, Laguna, que acabou de ser assinado com o Consuni a instalação da segunda Faculdade de Engenharia da Pesca. Nós só temos quatro no Brasil: Manaus, Belém, Fortaleza e Recife, e agora vamos lutar para que essa faculdade já promova o seu vestibular em julho.

(Passa a ler.)

"Venho a esta tribuna, nesta tarde, para falar sobre uma questão que vem ocupando o dia-a-dia das conversas políticas e é ponto central na vida de todos os catarinenses.

Quero tratar do embate que envolve o julgamento de processo que tramita no Tribunal Superior Eleitoral, que foca o nosso governador Luiz Henrique da Silveira.

Não pretendo fazer análise jurídica, pois essa é a função dos advogados que atuam no processo, dos ministros do TSE, é assunto para especialistas e para os que realmente conhecem as peças do processo.

Vou me ater à questão política e no *diz que me disse* que está presente nesta Casa, que se amplia por outros fóruns até em debates políticos e vem ocupando um espaço danado na mídia.

É mais ou menos como aconteceu no primeiro mandato do governador Luiz Henrique da Silveira, quando surgiram boatos e mais boatos sobre a sua saúde.

O governador havia vencido um adversário considerado imbatível, saíra consagrado das urnas em 2002 e logo demonstrava sua capacidade de homem público e com grande visão administrativa.

Luiz Henrique da Silveira criou um sistema de governo inovador que envolveu uma grande reforma administrativa e levou o governo para mais perto dos seus catarinenses, dos

seus correligionários e de toda a população com a marca da descentralização.

No entanto, no primeiro mandato, por muitos meses foi alvo de fofocas sobre a sua saúde. Diziam que ele tinha problema aqui, problema acolá, que iria passar por cirurgia tal, tinha tempo contado para se manter no governo. Um verdadeiro inferno!

Foram meses de especulações e ele teve que escutar muitas indagações, até de pessoas bem intencionadas que queriam saber da saúde do nosso governador e que, de forma educada, perguntavam como ele estava, na melhor das intenções.

Eu lembro que chegou ao ponto de o governador Luiz Henrique quase tornar público o resultado de um *check-up* rotineiro que fez, que qualquer político faz e que constata a sua saúde ser de ferro. E ele gozava de tão boa saúde que se passaram anos daquele período de versões desencontradas e ele segue firme no comando da administração pública estadual, cumprindo rotinas de trabalho que muita gente bem mais jovem não agüentaria. Ele é uma verdadeira rocha!

O Luiz Henrique é um guerreiro na defesa dos interesses de Santa Catarina, tanto quando está em Florianópolis, em sua jornada de despachos no Centro Administrativo, ou mesmo na Casa D'Agromônica, como quando viaja por todo o estado ou ainda fazendo o papel de embaixador dos nossos interesses em outros países."

Então, foi o dia-a-dia de trabalho que desconstruiu as versões maldosas, ficando provado que ele tem ótima saúde.

Mas essa análise que estou fazendo é para mostrar que tem sempre alguém para ficar cutucando.

(Continua lendo.)

"Foi difícil convencer os adversários de que é saudável e acima de tudo competente. Agora, estamos em meio a uma outra tormenta, dessa vez por conta do processo no TSE.

A Justiça permite que qualquer pessoa faça uso de todos os instrumentos do Direito, tudo o que é legal, para tentar reparar a imagem e garantir a prova da inocência, se é alvo de um processo, seja qual for.

O governador responde a um processo político, sim, mas tem plena convicção de sua inocência. Mas aí o assunto tornou-se recorrente, entrou na ordem do dia das conversas políticas, a mídia passou a repercutir, e a coisa ganhou dimensão. E os adversários não param de explorar. É uma guerra psicológica.

Dois governadores perderam seus mandatos, mas por processos muito diferentes do que envolve o governador de Santa Catarina.

Aqui não houve compra de votos nem abuso de poder econômico, até porque, meu Deus, o governador estava licenciado. E tenho a convicção de que o governador Luiz Henrique da Silveira vai estar à frente de Santa Catarina pelo tempo que julgar adequado, dentro dos limites de seu mandato. Mas a todo momento vem mais um e questiona: Como está o processo? Há risco de cassação? Como está o governador? Como está o astral? Uns bem intencionados e outros mal intencionados, tentando assim criar instabilidade num governo sólido.

Por favor, deixem o homem trabalhar. Luiz Henrique é um governador diferenciado, um homem público, com uma trajetória

invejável, de vitórias na política deste país, vencendo sempre desafios. Ele sabe fazer acontecer, e a prova está aí, com tantas realizações em seu governo.

Vem aí o grande encontro do Conselho Mundial de Viagem e Turismo, programado para maio, aqui em Florianópolis. Será uma reunião de grande repercussão para a nossa economia, num segmento de atividades que tem tudo a ver com o Brasil e com Santa Catarina.

O WTTTC será um diferencial para o nosso povo, pela primeira vez realizado na América do Sul, em Florianópolis. Mérito do governador Luiz Henrique da Silveira e sua equipe.

Tem gente interessada em tentar desestabilizar o governo, gente que não quer construir nem olhar para frente. Mas Santa Catarina vai continuar no rumo do progresso e do bem-estar da nossa população.

Eu tenho a convicção plena de que o governador Luiz Henrique irá comprovar sua inocência e dar fim a essa boateira toda, que estamos sabendo, inclusive, de onde vem, e seguirá à frente do nosso governo, do governo do povo catarinense."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ada De Luca, srs. telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, eu, com muito orgulho, assomo à tribuna desta Casa neste momento para falar na minha querida São José, terra firme, que na próxima quinta-feira, depois de amanhã, dia 19 de março, completará 259 anos de emancipação político-administrativa.

Gostaria que as nossas câmeras focassem a imagem do convite. Já a partir do dia 12 São José começou com uma longa programação, que se vai estender até o dia 4 de abril. E é tradição no município de São José, como na maioria dos municípios de Santa Catarina, as sessões solenes. Acontecerá em São José, no dia 19, dia específico de São José, de seu aniversário, às 9h30, uma missa na igreja matriz da nossa querida praça, no centro da cidade.

Então, sr. presidente em exercício desta Casa, deputado Gelson Merísio, aqui neste momento, em nome do presidente Legislativo de São José, vereador Amauri Valdemar da Silva, e demais membros daquela Casa, estão convidados todos os srs. deputados, as sras. deputadas, os catarinenses, a participarem das festividades alusivas aos 259 anos de emancipação político-administrativa do município de São José.

Como já disse, dia 19, teremos, às 9h30, uma missa solene na igreja matriz, na praça de São José. E já no ano passado, mais ou menos em junho ou julho, junto com o expadre Tarcísio, que estava naquela paróquia, solicitamos ao governador Luiz Henrique da Silveira a reforma da igreja matriz do centro histórico de São José, que se encontra numa situação bem crítica, segundo análise de engenheiros. Se não providenciarmos a reforma rapidamente do telhado, existe a possibilidade de desabamento do telhado da igreja matriz do município de São José, num período muito

curto. E o governador Luiz Henrique da Silveira, junto com a sociedade que faz parte do Caep, junto com o padre, prometeu reformar a igreja, através do Fundo de Cultura e Turismo do Estado de Santa Catarina.

Agora, fui sabedor, a menos de dez dias, que o projeto a ser analisado pela equipe de governo do fundo de cultura devolveu o projeto, dizendo que não haveria recurso para tal.

Então, daqui, quero me comprometer que vou buscar mais informações para levar ao padre, ainda hoje, na nossa capela. Esse padre assumiu provavelmente no último domingo, porque também a menos de 15 dias subitamente nos deixou o nosso pároco, com um fulminante AVC. E ainda não sei o nome do padre que assumiu, no domingo passado, a nossa igreja matriz de São José.

Depois, às 19h, haverá uma sessão solene no Centro Multiuso do município de São José, onde diversas personalidades daquele município, que prestaram relevantes serviços para o desenvolvimento de São José em todos os níveis, irão receber o título de Cidadão Josefense, oportunidade em que este deputado também será agraciado.

Quero aqui antecipadamente agradecer de público ao vereador Carlos Acelino Pereira, que apresentou uma proposição àquela Casa Legislativa, submetendo o meu

nome à votação, para receber o título de cidadão josefense. Para minha felicidade, a matéria foi aprovada, e receberei o título na sessão solene, às 19h, no Centro Multiuso, no município de São José.

Também, no mesmo dia 19, teremos um *show* nacional, no município de São José, na Beira-Mar de São José, com a presença dos Nativos, do Afro-X e do Fundo de Quintal. Depois, até o dia 12, teremos outras diversas programações: cinema, teatro e muitas outras atividades culturais e esportivas.

Da tribuna desta Casa, gostaria de parabenizar o prefeito Djalma Berger, o secretário Marcos Caneta, secretário de Cultura e Turismo do município de São José, que deram preferência aos artistas do nosso município se apresentarem. Deram preferência aos artistas da região da Grande Florianópolis para mostrar o seu potencial, na sua cidade ou no nosso município.

Parabéns, secretário Marcos Caneta, secretário de Cultura e Turismo da cidade de São José.

Essa programação que teremos, que já iniciou, conforme disse, do dia 02 ao dia 04, encerrar-se-á com um festival de música. E também nos dias 04 e 05, no município de São José, haverá a disputa da etapa do campeonato catarinense de motocross, em Potecas.

Então, convido todos para participarem das festividades alusivas aos 259 anos de emancipação política do município de São José, um município próspero, que recebeu pessoas de diversos lugares do estado de Santa Catarina, de outros estados, enfim, uma cidade que sabe receber todos de braços abertos.

Para encerrar, gostaria de dizer que eu já acreditava nisso, mas quero torcer para que o prefeito Djalma Berger, à frente do Executivo do município de São José, faça uma excelente administração em favor da sociedade, que lutou bastante, para colocar São José no patamar das melhores cidades do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 009-DL, de 2009

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 47 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições NOMEIA, para constituir a Corregedoria da Assembleia, os seguintes Senhores Deputados:

Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Adherbal Deba Cabral
Deputado Dirceu Dresch

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de março de 2009
Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

*** X X X ***

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA N. 017-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado José Natal Pereira, para ausentar-se do País, no período de 24 de março a 10 de abril de 2009, a fim de participar, em Lisboa, da assinatura de convênios entre Portugal e o Estado de Santa Catarina e, posteriormente, do Encontro Açoriano da Lusofonia que será realizado na Vila da Lagoa - São Miguel - Açores.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 19 de março de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Ada De Luca - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da 3ª sessão Legislativa da 16ª Legislatura, realizada em 04 de março de 2009, às 13 horas.

Às 13 horas do dia 04 de março do ano de 2009, na sala das Comissões nº 2, sob a Presidência do Deputado Pedro Uczai, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa. Foi registrada a presença dos Deputados: Pedro Uczai, Elizeu Mattos, Genésio Goulart, e Professor Grandó. Logo após foi lida a pauta da presente reunião: I- discussão e votação da ata da reunião anterior; II- eleição do Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto (CECD); III- Requerimentos; e IV- assuntos gerais. Dando cumprimento ao Regimento Interno, o Senhor Presidente colocou em discussão e em votação a ata da reunião anterior, que instalou a Comissão na 3ª Sessão Legislativa da 16ª

Sessão Legislativa, a qual foi aprovada por unanimidade. Logo após, o Senhor Presidente abriu as inscrições para a eleição do Vice-Presidente desta Comissão, tendo se inscrito somente o Deputado Elizeu Mattos que foi eleito pela unanimidade dos Deputados presentes. Passou-se ao próximo ponto da pauta, onde foi constatado que havia somente um Requerimento, de autoria do Deputado Pedro Uczai, no qual propunha a realização de uma audiência pública no dia 19 de março de 2009, às 19 horas, no Município de Fraiburgo para debater "a federalização da Fundação Educacional Assistencial de Fraiburgo". O Requerimento foi debatido e aprovado por todos os Deputados presentes. No último ponto de pauta, foi levantada a possibilidade de ser alterado o horário das reuniões ordinárias da CECD. Constatou-se a existência de poucas opções de estrutura física e horários compatíveis para a realização das reuniões da Comissão. Feito o debate, a próxima reunião ficou agendada para o dia 10 de março (terça-feira), às 18:30 horas. O Presidente agradeceu os Deputados pela presença e deu por encerrado os trabalhos, ficando convocada a próxima reunião em data e hora supracitada. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu os Deputados pela presença, ficando convocada a próxima reunião em data e hora supracitadas, e deu por encerrado os trabalhos, ficando

encerrou a presente reunião, da qual eu, Ivelise Sell Maciel, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 04 de março de 2009.

Deputado Pedro Uczai
Presidente da CECD

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE A 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dez de março de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Manoel Mota, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Primeira Reunião Ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Manoel Mota, Jean Kuhlmann, Elizeu Mattos, Giancarlo Tomelin, Professor Grandó e Dirceu Dresch. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata de instalação - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, colocou em discussão e votação os Projetos de Lei nºs: 0007.8/09, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que "Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Isolada Municipal Doutor Blumenau, com sede no Município de Blumenau". Relator: Deputado Giancarlo Tomelin. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0011.4/09, de autoria do Deputado Julio Garcia, que "Declara de utilidade pública o Instituto Catarinense de Conservação da Fauna e Flora - ICCO, com sede no Município de Balneário Camboriú". Relator: Deputado Giancarlo Tomelin. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0355.3/08, de autoria do Deputado Julio Garcia, que "Declara de utilidade pública a Associação de Famílias para Assistência ao Indivíduo Carente, com sede no Município de Içara". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0383.7/08, de autoria do Deputado Renato Hinnig, que "Declara de utilidade pública o Sindicato das Indústrias Gráficas da Grande Florianópolis, com sede no Município de Florianópolis". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade o diligenciamento; 0386.0/08, de autoria do Deputado Valmir Comin, que "Declara de utilidade pública o Instituto Multidisciplinar de Meio Ambiente e Arqueoastronomia - IMMA, com sede no Município de Florianópolis." Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0387.0/08, de autoria do Deputado Pedro Uczai, que "Declara de utilidade pública a Associação dos Pescadores de Garopaba, com sede no Município de Garopaba". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0388.1/08, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que "Declara de utilidade pública o Grupo da Terceira e Melhor Idade do Mariscal, com sede no Município de Bombinhas". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0391.7/08, de autoria do Deputado Edison Andrino, que "Declara de utilidade pública a Academia Desterrense de Letras, no Município de Florianópolis". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0398.3/08, de autoria do Deputado Narcizo Parisotto, que "Declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Desenvolvimento e Ação Social, com sede no Município de Florianópolis". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0409.0/07, de autoria do Deputado Darci de Matos, que "Dispõe sobre a realização de testes vocacionais gratuitos para alunos das escolas públicas estaduais". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade e Ofícios nºs 0001.9/09, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Lar da Menina de Tubarão, referente ao exercício de 2008". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0003.0/09, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Fundação Hassis, de Florianópolis, referente aos exercícios de 2006-2008". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade o diligenciamento; 0004.1/09, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina, de Florianópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade o diligenciamento; 0011.0/09, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Apoio às Famílias de Deficientes Físicos de Balneário Camboriú - AFADEFI, referente ao exercício de 2008". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0055.1/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pomerode, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade o diligenciamento; 0151.0/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação

Casa Familiar do Mar Luiz Carlos Perin, de São Francisco do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0162.3/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação dos Pacientes Oncológicos da Região de Canoinhas - APOCA, em Canoinhas, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0164.5/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação dos Deficientes Físicos de Joinville - ADEJ, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade o diligenciamento; 0176.9/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Amparo ao Menor Carente e Adolescente, de Cocal do Sul, referente aos exercícios de 2005 a 2007". Relator: Deputado Giancarlo Tomelin. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0201.4/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Intermunicipal de Bombeiro Comunitário de Guaraciaba e Barra Bonita, em Guaraciaba, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade o diligenciamento; 0203.6/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação das Senhoras de Rotarianos D. Maria Zorzi, de Campos Novos, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade o diligenciamento; 0205.8/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Beneficente Renascer, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade o diligenciamento; 0218.2/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Comunitária Cerritense, de São José do Cerrito, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade o diligenciamento; 0274.0/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Instituição Cidade da Esperança, de Rancho Queimado, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade o diligenciamento; 0277.2/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0288.5/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Bento do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade o diligenciamento; 0317.4/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irani, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0341.4/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ilhota, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade o diligenciamento; 0383.3/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Ação Social e Cultural de Paulo Lopes, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade o diligenciamento; 0391.3/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Campo Belo do Sul, referente ao período de julho/2007 a junho/2008". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade o diligenciamento; 0392.4/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Campo Belo do Sul, referente ao período de dezembro/2006 a junho/2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade o diligenciamento e 0411.1/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação dos Bombeiros Voluntários no Estado de SC, em Jaraguá do Sul, referente ao exercício de 2006 a 2008". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade. Ao final, a Bancada do PT apresentou um requerimento solicitando a realização de uma audiência pública para debater e deliberar sobre a situação da Fundação Casan/Fucas, para o dia 22 de abril de 2009, às 9h, no Auditório Antonieta de Barros. O Deputado Elizeu Mattos solicitou vista em gabinete para deliberar na próxima reunião. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Manoel Mota

Presidente
*** X X X ***

EXTRATO**EXTRATO Nº 032/2009**

REFERENTE: 11º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 012/2007-00 celebrado em 01/02/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais LTDA.

OBJETO: APLICAR A INCIDÊNCIA DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2009/2010 que ocasionou um incremento de 9,58% (nove vírgula cinquenta e oito por cento) exclusivamente sobre o montante "A" e reflexos no montante "C", a partir de 1º de fevereiro de 2009, resultando num aumento mensal na ordem de R\$ 51.536,18 (cinquenta e um mil quinhentos e trinta e seis reais e dezoito centavos), equivalente a 6,54% (seis vírgula cinquenta e quatro por cento) sobre o total mensal do contrato atualizado, referente à contratação de 232 postos de trabalho. Valor mensal: R\$ 839.474,03 (oitocentos e trinta e nove mil quatrocentos e setenta e quatro reais e três centavos).

Valor global: R\$ 10.022.152,82 (dez milhões vinte e dois mil cento e cinquenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93; item 3.4 da Cláusula Terceira do Contrato original e; autorização administrativa Florianópolis, 12 de Março de 2009

Deputado Jorginho Mello - Presidente ALESC

Paulo Hélder Bordin - Contratada

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 604, de 24/03/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a pedido o servidor **HOMERO DE SOUZA GOMES**, matrícula nº 5389, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 02 de março de 2009 (Deputado Professor Grandó).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 605, de 24/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a pedido o servidor **JUAREZ GENEROSO DE OLIVEIRA FILHO**, matrícula nº 5214, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de março de 2009 (Deputado Renato Hinnig).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 606, de 24/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MANOEL MARIO DE JESUS**, matrícula nº 4535, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de março de 2009 (Deputado Gelson Merisio).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 607, de 24/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MANOEL MARIO DE JESUS, matrícula nº 4535 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de março de 2009 (Deputado Gelson Merisio).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 608, de 24/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ALDO PEDRO FERRARI**, matrícula nº 5514, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de março de 2009 (Liderança do PT).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 609, de 24/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR TOME COLETTI, matrícula nº 5212, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de março de 2009 (Liderança do PT).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 610, de 24/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ALESSANDRO S. TARZAN SILBERT CAMPOS DA SILVA**, matrícula nº 2701, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de março de 2009 (Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 611, de 24/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ALESSANDRO S. TARZAN SILBERT CAMPOS DA SILVA, matrícula nº 2701 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de março de 2009 (Deputado Gelson Merisio).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 612, de 24/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MIRIAM STORI BARBISAN, matrícula nº 4658 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de março de 2009 (Deputado Jorginho Mello).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 613, de 24/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria nº 398, de 02/03/2009, que designou o servidor **NEROCI DA SILVA RAUPP**, matrícula nº 1756, do Quadro de Pessoal da Assembléia

Legislativa, ara exercer, em substituição, a servidora MARILEA MARCON CORREA, na função de Assessoria Técnica-Consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 16 de março de 2009 (DL - Consultoria Legislativa).
Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 614, de 24/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **HELOISA CABRAL UCHOA REZENDE**, matrícula nº 0776, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-61, na Comissão de Legislação Participativa.
Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 615, de 24/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 007/2009.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
2543	Juçara Helena Rebelato	Equipe de apoio
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
1998	Bernadete Albabi Leiria	

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 616, de 24/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

ANEXO ÚNICO

PLANO PLURIANUAL 2008-2011
PROGRAMAÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

PROGRAMA SUBAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FF	VALOR EM R\$ 1,00
0970 INFRA-ESTRUTURA DO JUDICIÁRIO				
006676 - Reforma do Fórum de Joaçaba - TJ	unidade	1	OF	45.000
009279 - Reforma do Prédio do Antigo Fórum de Joinville - TJ	unidade	1	OF	3.835.000
009422 - Construção do Protocolo Expresso da Comarca de São José	obra	1	OF	120.000
010058 - Aquisição de Prédio para Funcionamento da Academia Judicial	imóvel	1	OGE	2.900.000

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0002.9/2009

Art. 1º O art. 3º do Projeto de Lei Complementar nº 0002.9/2009, terá a seguinte redação:

"Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta do Orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina."

Sala da Comissão, em
Deputado Romildo Titon
APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 18/03/09
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 18/03/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 002/2009

Cria Promotorias de Justiça nas comarcas de Meleiro, Navegantes, Araranguá, Biguaçu, Concórdia e São Bento do Sul e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam criadas, na estrutura de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, as seguintes Promotorias de Justiça:

I - de entrância inicial:

- a) a Promotoria de Justiça da comarca de Meleiro, e
- b) a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Navegantes;

II - de entrância final:

LOTAR o servidor **MARCOS FARIA FERREIRA**, matrícula nº 1204, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, no Gabinete do Deputado Elizeu Mattos.
Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 617, de 24/03/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Ivan Carlos Pimentel da Neves	4543	3%	3%	01/12/08	0064/09
Jair Antonio Miotto	3094	9%	9%	01/01/09	0065/09
Valdeci José da Silva	4212	3%	3%	01/12/08	0080/09
Jorge Macuco Junior	2851	6%	6%	15/12/08	0082/09
Heleno Orladino Martins	4801	3%	3%	01/02/09	0313/09

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 061/09

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008-2011.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008-2011, constante do Anexo Único da Lei nº 14.359, de 21 de janeiro de 2008, revisada pela Lei nº 14.647, de 09 de janeiro de 2009, conforme o disposto no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de março de 2009
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

- a) a 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Araranguá;
- b) a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Biguaçu;
- c) a 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Concórdia, e
- d) a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de São Bento do Sul.

§ 1º Para cada Promotoria de Justiça criada na forma do *caput*, fica também criado o respectivo cargo de Promotor de Justiça, obedecendo a mesma numeração ordinal e classificando-se na mesma entrância.

§ 2º A atual Promotoria de Justiça da comarca de Navegantes passa a denominar-se 1ª Promotoria de Justiça, assim como o respectivo cargo, que passa a denominar-se 1ª Promotor de Justiça.

Art. 2º Fica criado, na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para lotação unitária vinculada a cada qual das Promotorias de Justiça criadas na forma do art. 1º, 6 (seis) cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, com a classificação, requisitos e vedações previstas no art. 1º da Lei Complementar nº 276, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta do Orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de março de 2009
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***